

DA LUTA DE CLASSES À LUTA SEM CLASSES?

ETIENNE BALIBAR

ANGELA M. TUDE DE SOUZA

(Tradutora)

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

textos Didáticos

nº 20 - FEVEREIRO DE 1996

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 239.8342

Fax: (019) 239.33.27

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Direção:

Diretor: Prof. Dr. João Quartim de Moraes

Diretor Associado: Prof. Dr. Armando Boito Junior

Comissão de Publicações:

Profa. Argelina Maria Cheibub Figueiredo - DCP, Profa. Guita Grin Debert - DA,
Profa Maria Clementina Pereira Cunha - DH, Prof. José Carlos Pinto Oliveira -
DF, Márcio Bilharinho Naves - DS e João Quartim de Moraes (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magali Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos e José Carlos
Diana.

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão

IFCH/UNICAMP

Introdução

ANGELA M. TUDE DE SOUZA

Publicada em 1990, *Race, Nation et Classe: les identités ambiguës*, é uma obra conjunta de Etienne Balibar, filósofo francês, e Immanuel Wallerstein, historiador, sociólogo e economista da Universidade do Estado de Nova York. Reúne em seu corpo uma série de artigos e intervenções isoladas que, em conjunto, não têm a pretensão de apresentar uma *única abordagem* do tema; bem ao contrário, a intenção prioritária é de tornar público um diálogo, sobre *a progressão e os significados do racismo no mundo ocidental*, entre dois autores cujas formações, e formulações, são representativas de *correntes diferentes* da pesquisa teórica e da atividade militante. Os artigos¹ reunidos em grandes blocos

¹ A coletânea reúne treze artigos, organizados em torno de quatro grandes blocos: *O Racismo Universal (I)*; *A Nação Histórica (II)*; *As Classes: polarização e sobredeterminação (III)*; *Deslocamentos do Conflito Social (IV)*. A meu ver, esses são os aspectos, as diferentes dimensões, que a análise das classes neste fim de século

temáticos se articulam, portanto, em tórno de uma confrontação permanente entre pontos de vista convergentes e divergentes, onde os acordos e desacordos atuam ativamente na *busca de vias alternativas de análise* e de renovação do marxismo ocidental.

Segundo a formulação dos autores, trata-se de responder “*porque, 40 anos após a derrota do nazismo, 20 anos após a descolonização e o reconhecimento dos direitos civis aos Negros Americanos, o racismo encontra-se em progressão no mundo*”, tanto no que concerne as instituições e os movimentos sociais, quanto as próprias ideologias e estruturas organizadoras das formas atuais de dominação e de resistência coletiva: *racismo, sexismo, nacionalismo, individualismo...* A tese defendida pelas respectivas intervenções é de que tal “*progressão... não é nem episódica, nem um simples anacronismo ou preconceito, mas uma relação social indissociável das estruturas mesmas desse mundo (divisão do trabalho, centro e periferia, Estado-nação, etnicidade fictícia): ela é o complemento interno do universalismo ‘burguês’*”.

A discussão sobre o racismo assume, pois, uma dimensão necessariamente internacional, exigindo que se “*combine a reflexão filosófica com a síntese histórica, e a tentativa de refundação conceitual com a análise de problemas políticos mais urgentes do que nunca*”

deve comportar; constituem, na verdade, as mediações concretas de uma questão mais vasta, ao mesmo tempo que, do ponto de vista metodológico, pode se dizer que as três primeiras seções designam, sucessivamente, as grandes estruturas e formas ideológicas do mundo atual. O artigo que se traduz, à seguir, corresponde ao décimo, e tem por título “*Da luta de Classes à luta sem Classes!*”. Com esta introdução pretende-se destacar alguns pontos centrais da análise de conjunto do problema, ressaltando-se, sempre que possível, as questões de teoria e método no que concerne alguns dilemas internos ao campo de estudos marxistas. As referências ao texto traduzido têm como notação (infra:...), todas as demais citações sendo relativas ao Prefácio de Balibar (Balibar e Wallerstein, 1990:7-24) .

(BALIBAR, 1990: 7 e 8). Assim, em busca de uma problemática alternativa à *“ideologia do progresso imposta pelo liberalismo e, amplamente, retomada pela concepção marxista da história”*, os autores desenvolvem um conjunto de argumentos para mostrar que o que está em questão é *“a categorização da humanidade em espécies artificialmente isoladas”* sendo fundamental, hoje, explicar como, através do que Balibar chama de *“eticidades fictícias”*, se opera na verdade *“uma cisão violentamente conflitiva a nível das relações sociais, ... a qual ... para além das transformações históricas tão decisivas quanto a descolonização, deve reproduzir-se no quadro mundial criado pelo capitalismo”* (ibid.: 18), durante todo o pós-segunda Guerra Mundial.

Por esta via, a problemática do racismo articula, portanto, a questão do universalismo da ideologia burguesa² aos movimentos conjunturais de sua dupla especificação histórica: a de nações e nacionalidades inseridas necessariamente em uma trama de relações internacionais que as estruturam e subordinam à economia-mundo e aos sistemas estatais e inter-estatais à ela ligados. Nas palavras de E. Balibar *“... o universalismo da ideologia burguesa (e, portanto, também seu humanismo) não é incompatível com o sistema de hierarquias e de exclusões que toma, prioritariamente, a forma do racismo e do sexismo”* (ibid.:18). Para o autor, *a articulação do racismo é com o nacionalismo*, e nesse sentido, é preciso reinseri-los no movimento atual de *mundialização da política e da ideologia* (ibid.:14), no bojo do qual *“um -o nacionalismo- aparece como uma reação à dominação dos Estados do centro; enquanto o outro -o racismo- é visto como a própria*

² Que tem como condições de existência o desenvolvimento de uma economia generalizada, e aquele do direito individualista, no qual o igualitarismo entre cidadãos reafirma que, na verdade, as desigualdades sociais constituem o próprio cerne do modo de reprodução das sociedades capitalistas

institucionalização das hierarquias implicadas pela divisão mundial do trabalho”(ibid.:14).

Wallerstein, por sua vez, centra sua análise na constituição da economia-mundo como uma *unidade social* onde “*a dialética de sua evolução seria em si mesma uma dialética global, regida pelo primado das imposições globais sobre as relações de forças locais*”. Assim sendo, este autor atribui o universalismo da ideologia dominante à própria forma do mercado, deduzindo-o (de) e assimilando-o, praticamente, à própria *universalidade do processo de acumulação capitalista*. Quanto ao racismo e ao sexismo, Wallerstein remete o primeiro, ao processo de diferenciação -internacional e ocupacional- da força de trabalho entre o *centro e a periferia*, que atuaria no sentido de aprofundar (su)as divisões internas de classe; enquanto, o segundo -a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de sexo- é atribuído “*à oposição entre ‘trabalho’ masculino e ‘não-trabalho’ feminino realizado na família ou no espaço doméstico*” (ibid.: 18). Dito de outra forma, o sexismo é visto como uma expressão concreta da oposição entre trabalho produtivo e improdutivo, entre trabalho de produção e de reprodução, formas gerais e abstratas, portanto, da universalidade do processo de acumulação .

E. Balibar pensa que o universalismo da ideologia dominante -da qual o racismo, o sexismo e o nacionalismo são individualizações exemplares- responde à necessidade de se “*construir um ‘mundo’ ideológico comum aos exploradores e aos explorados, ..pois apesar de seus antagonismos, toda dominação de classe deve se formular em linguagem universal*”... Opondo-se, simultaneamente, à idéia de uma “*burguesia mundial, organizada enquanto classe em instituições adequadas*”, e àquela de “*um modo de regulação do sistema que asseguraria a subordinação das relações de força locais à uma dialética global*”, o

autor propõe a idéia da sobredeterminação das formas locais do conflito social sobre o movimento de reprodução conjunta, ao nível mundial. O que conduz, necessariamente, à uma superação crítica da teoria da polarização das classes, e ao distanciamento da presente abordagem com ralação às tradições teóricas da sociologia marxista clássica.

Os fenômenos de globalização e mundialização são tratados aqui, não em suas versões pós-modernas e pós-marxistas, mas como especificações de um processo mais orgânico -estrutural- no capitalismo: nos termos de J. Wallerstein, o processo de transnacionalização da acumulação capitalista. No interior deste, tendências de caráter sistêmico,³ encontram resistências à sua organização como força hegemônica, capaz de englobar e impor sua dominação sobre o conjunto de estruturas sociais de exploração e opressão que têm lugar na *economia-mundo*. Entram em cena, de modo central e determinante, as chamadas *forças e movimentos anti-sistêmicos* que atuam como *contra-tendência*, às forças de *estabilização* e de expansão ilimitada do valor, funcionando como *suas antíteses revolucionárias* (BALIBAR, op.cit.:12, 14, 16-17).

Mais do que uma pequena diferença de ênfase, a abordagem desenvolvida pelos dois autores, e em particular por E. Balibar, é orientada pela necessidade de radicalizar a crítica ao reducionismo economicista ou determinista, propondo em seu lugar uma alternativa '*à lógica implacável da reprodução capitalista*'. Para esse

³ Vale lembrar aqui a busca de um equilíbrio e de uma regulação estáveis, fatores considerados básicos para um crescimento sustentado e intensivo como durante as chamadas *décadas de ouro*, seja através de políticas de indexação do preço da força de trabalho, das taxas de remuneração do capital {lucros, juros e demais formas de renda capitalista}, políticas de financiamento à produção e ao consumo, etc.

Introdução

autor, são exatamente essas resistências (acima aludidas),...” são essas reações que conferem à história social um alcance irredutível à simples ‘lógica’ da reprodução ampliada do capital, ou mesmo à um ‘jôgo estratégico’ entre atores criados pela Divisão do Trabalho e o sistema de Estados. São elas também, que subtendem as produções ideológicas e institucionais, intrinsecamente ambíguas, que são a verdadeira matéria-prima da política (p.ex.: a ideologia dos direitos humanos, mas também o racismo, o nacionalismo, o sexismo, e suas antíteses revolucionárias)” (op.cit.:17). Para além, portanto, da divisão do trabalho, do assalariamento, e da monetarização das relações sociais, a ação dos antagonismos entre as classes participa de modo determinante da produção de um *universo ideológico e cultural*, dentro do qual as classes se movem e se desenvolvem no âmbito das Nações.

Tudo indicando, portanto, que o economicismo -da ‘lógica implacável da acumulação’, da ‘determinação do econômico e do mercado generalizado’, tem na abstração do mercado mundial indiferenciado, e naquela do modo de produção e suas periodizações, uma espécie de *média ou tipo ideal constantemente reiterável por seus elementos invariantes* (infra: 28); e, por isso mesmo, deve ser superado pela análise das lutas de classes e de seus efeitos sobre o desenvolvimento do capitalismo, no quadro das diversas formações sociais concretas. Significa que, a análise das contradições no capitalismo, não pode se limitar apenas às contradições entre as relações de produção e as forças produtivas (como quer um certo estruturalismo mecanicista); mas que, sob o primado das relações sociais de produção, as contradições se dão no interior do próprio desenvolvimento das forças produtivas, e devem ser vistas, deste modo, e de acordo com E. Balibar, como “ *as contradições do progresso*”.

Com isso, o mecanicismo economicista que pretende limitar a análise dos '*efeitos de sociedade*' (Althusser) à uma dedução estrita dos efeitos, e comportamentos, da(s) estrutura(s) de produção e de trocas no capitalismo (op.cit.:10), deve ser persuadido de que fenômenos como o racismo não são, ..."a expressão imediata da estrutura de classes, mas sim, uma forma típica de alienação política, inerente às lutas de classes no campo do nacionalismo, sob formas particularmente ambivalentes (racização do proletariado, obrerismo, consenso 'interclassista' na crise atual)" (op.cit.:23). É à estas formas de dominação cultural e ideológica, e à universalidade pretendida pela(s) ideologia(s) dominante(s) de cada época, à sua diversidade, que deve se voltar o atual potencial de pesquisa e de reflexão crítica.

Fenômenos como o racismo, o nacionalismo, o individualismo, o sexismo, ou o fundamentalismo religioso, para citar os mais presentes em nosso dias, constituem, na verdade, uma espécie de *cobertura social das lutas de classes em formações sociais concretas* (infra: 54-57). Para Wallerstein, e outros clássicos da sociologia e da história, essas diferentes formas ou estatutos da identidade "comunitária" de um povo (racismo, nacionalismo, sexismos...) são a *forma necessária da realização da consciência de 'classe'*; para outros, como Balibar, esses diferentes estatutos da identidade coletiva aparecem, na atualidade, como uma espécie de elemento simplificador das relações sociais entre classes e seus antagonismos (infra: 34-37 e 58), constituindo-se, portanto, num meio de obscurecimento (às vezes mesmo, em um testemunho da desapareção...) das classes, em seu movimento e em sua ação.

Enquanto tal, a incapacidade da sociologia marxista em compreender as ambivalências da articulação do econômico e do político nas lutas de classes -como Marx, *no original*, já dava conta

em suas obras pioneiras-, tem levado à tomar as classe sociais, e suas lutas antagônicas, como tipos-ideais puros (infra: 28), como tipos sociais, personificações, que existem em si-mesmos, e cuja substância histórica seria substituída por um conjunto de traços e comportamentos típicos de certas épocas ou de certos grupos sociais.

No campo teórico esse obscurecimento se constitui em um poderoso fator de *cristalização* e *idealização* (abstração, universalização) de alguns dos conceitos centrais para o marxismo -como p.ex., o de classes, proletariado e luta de classes; o que impede que se compreenda que *as divisões e a diversidade da classe operária, não seja um fenômeno secundário, residual*- ou como a teleologia 'do sujeito' pretende, a expressão da classe em si e da classe para si, da consciência prática ou imediata, e da consciência possível. Nas palavras de Balibar (op.cit., 1990:9), essa ..."*é uma característica estrutural (o que não quer dizer invariante) das sociedades capitalistas atuais, que determina todas as perspectivas de transformação revolucionária⁴ e mesmo de organização cotidiana do movimento social*". Isso porque, convivem no mesmo período, à nível da economia-mundo e de cada formação social, diferentes formas, regimes e relações de exploração e de dominação, não-contemporâneas entre si (econômica, tecnológica, política e culturalmente falando) (infra: 50-52 e 54). Essa diversidade das

⁴ O grifo é meu, para indicar que E.Balibar utiliza, ao longo do artigo traduzido, a expressão sinônima '*prospectivas da transição*' tendo em vista designar, ao mesmo tempo: a '*plasticidade*' dos processos, e das vias de transformação revolucionária, e, a sobredeterminação das correlações de forças locais-nacionais no que tange as condições dessa superação, bem como a composição das forças dirigentes e associadas que conduzirão à nova hegemonia. O termo se refere, portanto, à necessidade de se proceder à uma acurada análise da correlação de forças, descortinando, assim, o campo de possibilidades abertos à intervenção estratégica das forças em conflito. Cf. infra: 16 e 17.

relações sociais (de produção e de poder) constitue o terreno no qual germinam diferentes tipos de contradições, de interesses (em conflito, ou em associação), em que se organizam novas forças sociais, diferentes grupos de pressão e no qual pode emergir, conseqüentemente, uma nova correlação ou um novo *equilíbrio* de forças.

É dessa particular correlação de forças, *em presença*, que resulta a definição (e a análise) das diferentes *conjunturas*, quando os diferentes grupos e forças em conflito, tomam posição na cena política nacional (constituída pelas lutas e movimentos econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc.), através de seu *investimento prático* (infra: 23) em diferentes situações ou *práxis* institucionais e sócio-culturais. É esta sobredeterminação das relações de força locais, sobre o movimento de conjunto, que permite compreender, a *pluralidade das formas e instituições políticas à nível da economia-mundo*, como uma expressão mediata das dificuldades inerentes à construção de uma hegemonia interna às diferentes Nações. Note-se, ainda, que o que define a idéia de conjuntura é a particular composição das forças em presença numa dada sociedade (infra: 31, 39-40). Da mesma forma, a noção de contemporaneidade utilizada, aqui, permite várias inferências sobre a natureza das relações internacionais, e o imperialismo, nos dias atuais.

Consoante com tal perspectiva teórica, as relações sociais de raça, de nacionalidade e de classe, são compreendidas como a tecitura básica a partir da qual *“a história das formações sociais não seria, jamais, aquela da passagem das comunidades não mercantis à sociedade de mercado ou de trocas generalizadas...mas, aquela das reações, do complexo das relações sociais ‘não econômicas’ que formam o cimento de uma coletividade histórica de indivíduos, à ameaça de sua*

Introdução

desestruturação..” (BALIBAR, 1990:16-17). São elas na verdade que limitam, comprometem e corroem a hegemonia das relações sociais de produção sobre o movimento da reprodução social, em seu conjunto.

Da Luta de Classes à Luta sem Classes? ^{*1}

ETIENNE BALIBAR *

Examinemos, antes de mais nada, a forma mesma da questão colocada aos participantes deste colóquio: “*Whither Marxism?*”, “Onde vai o marxismo?”. Ela pressupõe uma dúvida, não somente quanto à orientação do marxismo, mas quanto ao seu próprio destino e à sua viabilidade. Em 1913, em um célebre artigo intitulado “Os destinos

¹ Contribuição ao “Hannah Arendt Memorial Symposium in Political Philosophy”, New School for Social Research, New York, 15 e 16 de abril de 1987 (N.A.). O texto constitui o capítulo 10 da obra Balibar, E. & Wallerstein, I.M.-RACE, NATION, CLASSE: trois identités ambiguës. Paris: Ed. de la Découverte, 1990, pp. 207-246. A tradução é de responsabilidade de Angela M. Tude de Souza (out./nov. de 1995), Prof^a Dra. do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) do IFCH-UNICAMP. Agradeço, particularmente, a Ruy Gomes Braga Neto, mestrando em Sociologia (IFCH) as inúmeras leituras e revisões do texto.

históricos da doutrina de Karl Marx”, Lênin propunha uma periodização da história universal, girando em torno da Comuna de Paris. Deste acontecimento dataria a manifestação (*em seu grande dia*) da lei que, no “caos aparente” da história, permite vê-la com clareza e aí se orientar: a(que) luta de classes, tal como Marx a formulou na ocasião. E a sua adequação era de tal ordem, a seus olhos, que ele acreditava poder afirmar: “*A dialética da história é tal que a vitória do marxismo em matéria de teoria obriga seus inimigos à se disfarçarem em marxistas*”. Em outros termos, o marxismo se tornava “concepção de mundo” dominante. Durante vários decênios, as revoluções socialistas não fizeram senão confirmar esta certeza, para milhões de homens, dentre os quais nem todos eram imbecis ou ambiciosos. Paradoxalmente, e se se exclui um corpo de funcionários ideológicos impostos por Estados onde o marxismo é a doutrina oficial (mas aos quais se poderia perguntar se eles próprios nele(a) acreditavam), esse tipo de afirmação não se encontraria talvez hoje, senão sob a pena de alguns teóricos do neo-liberalismo, para quem o menor fragmento de política social do mais ínfimo “*Estado-providência*” constitui, já, uma manifestação do “marxismo”. Aos olhos de outros, a impressão que fica, seria o definhamento do marxismo: *the withering away of marxism?* Mas, certeza por certeza, o que vale esta nova ortodoxia?

Não pretendo tratar aqui, diretamente, a questão. Pois o problema está mal colocado. Trata-se antes de tudo, é o que me parece, de revelar² as contradições encobertas pelas sucessivas “*asserções de certeza antecipada*” (como diria Lacan), e de lhes fazer trabalhar, operar, apenas um pouco. No melhor dos casos esperemos um desloca-

² O termo no original é acordar (*réveiller*), N.T..

mento do debate. Mas é preciso começar por algumas observações de método.

Primeiramente, é um fato de lógica elementar que à questão: “Onde vai o Marxismo?”, o marxismo como teoria não possa conter, em si próprio, nenhuma resposta positiva. Mesmo sob a forma da determinação de uma tendência. Isto suporia que o marxismo tenha um conhecimento do seu próprio “sentido”³. Podemos exigir do marxismo -o que está longe de ter sido feito- que se estude os efeitos sobre sua própria história doutrinal de sua “importação” pelos movimentos sociais e, de retorno, os efeitos das situações históricas nas quais ele foi apropriado como “força material”. Não podemos crer que ele controlaria, por si próprio, os resultados de sua dialética conceitual, nem aqueles (*resultados*, N.T.) da dialética “real” do seu “tornar-se mundo”. Sobre estas questões, podemos apenas refletir, no sentido filosófico, isto é sem regra preexistente (Lyotard). Resta, ainda, o fato de que nem toda reflexão é adequada à seu objeto, “imaneente” ao processo que ela deseja instruir, informar.

Em segundo lugar, existe uma tese dialética de grande generalidade, mas dificilmente contestável, que podemos aplicar imediatamente ao marxismo, na medida mesmo em que ele existe (como teoria, como ideologia, como forma de organização, como objeto de controvérsia...): “Tudo que existe merece definir” (citação do *Fausto* de Goethe, aplicada por Engels ao “sistema hegeliano”). E, portanto, o marxismo, sob todas as suas formas existentes, deve inevitavelmente desaparecer, cedo ou tarde. Inclusive sob sua forma de *teoria*. Se o marxismo *vai* à algum lugar, não pode ser senão à sua própria destruição. Agora, agreguemos uma outra tese (esta aqui, de Spinoza): “Existe mais de uma maneira de definir”. Algumas são

³ Deve-se entender aqui o duplo sentido da palavra: direção e significado. N.T..

dissoluções puras e simples, sem resto ou sobras. Outras são novas fusões, decorrências ou revoluções: algumas subsistem, ainda que seja sob a forma de seu contrário. Retrospectivamente (e somente retrospectivamente) *nós* saberemos, pelo seu modo de definhamento, qual consistência tinha o marxismo. Se, entretanto, trabalhamos com a hipótese de que o processo de “definhamento” já está em curso, e que ele está, inclusive, bastante avançado -mais de um indício levaria a pensar isso-, a conjuntura e a intervenção intelectual encontram sua legitimidade: podemos assumir o risco de identificar o centro do significado (*significação, N.A.*) prático-teórico, do qual depende a solução do processo, e de trabalhá-lo segundo uma certa orientação.

Terceira observação. O impacto histórico do marxismo, tal como este nos aparece, desde já, no ciclo de sua elaboração, de seu investimento prático, de sua institucionalização e de sua “crise”, apresenta uma imagem surpreendentemente contraditória. E, mesmo, duplamente contraditória.

De um lado, sem que se possa dizer com exatidão em qual momento esse acontecimento se produziu (talvez, no momento em que em certos países comunistas, o objetivo da “ditadura do proletariado” foi abandonado - muito tarde em um sentido, muito cedo em um outro), parece que as “previsões” e o “programa” revolucionário do marxismo não seriam *jamais realizados* tal qual, pela simples razão de que as “condições” sobre as quais eles se fundavam -uma certa configuração da luta de classes, do capitalismo- não existiam mais, o capitalismo tendo ido “além” destas condições e, assim, do próprio marxismo. Enquanto isso, nenhuma análise séria das modalidades dessa superação não pode desconhecer o fato de que ele é em si mesmo, por um lado (e mesmo por uma parte fundamental) um re-

sultado oblíquo da efetividade do marxismo: notadamente, na medida em que as “reestruturações” do capitalismo no século XX foram respostas e contra-ataques aos “desafios” da revolução soviética (filho rejeitado legítimo ou dado por legítimo do marxismo) e sobretudo de seus prolongamentos nos movimentos operários, nas lutas de liberação nacional. O marxismo é, portanto, parte integrante da superação de sua própria perspectiva de futuro.

De outro lado, o marxismo -ou um certo marxismo, mas não temos os meios de rejeitar *a priori* essa filiação- se acreditou e proclamou *realizado* nas “revoluções socialistas” e na “construção do socialismo”. Quaisquer que sejam os desafios que foram conhecidos, que ainda conhecem a teoria e a prospectiva da “transição”, as sociedades do “socialismo realizado” se apoiaram sobre o marxismo para se conceberem (em si mesmas) oficialmente como sociedades “sem classes” ou pelo menos “sem lutas de classes”. E foi, antes de mais nada, sob esta forma normativa que alguma coisa do marxismo impregnou, irreversivelmente, as instituições efetivamente existentes. Contudo se essas sociedades, desde o fim da Segunda Guerra mundial, não são, sem dúvida alguma, sociedades sem história, politicamente imóveis, isso se deveu em particular à forma aguda assumida, periodicamente, pelas lutas de classes do tipo mais clássico (lutas operárias), e mesmo das lutas de classes revolucionárias (China, Polônia) estreitamente ligadas aos combates democráticos dirigidos contra seus Estados-partidos monopolistas. Aqui, por um novo paradoxo, é o marxismo, enquanto problemática dos antagonismos sociais, que aparece sempre *em avanço* com relação à sua própria “realização”.

Donde a singular interpenetração do marxismo com as divisões e as formações sociais de nosso presente histórico: parece que a rela-

ção com o marxismo “marca” (*clive*) sempre o mundo contemporâneo, mas parece também que as lutas de classes, das quais ele enuncia a “lei” ou o princípio de sua inteligibilidade, não estejam jamais lá onde elas deveriam estar...

É preciso, portanto, retornar ao tema central. Para encurtar: está claro o suficiente que a identidade do marxismo depende inteiramente da definição, do alcance e da validade de sua análise das classes e das lutas de classes. Fora desta análise, nada de marxismo: nem como teorização específica do social, nem como articulação de uma “estratégia” política frente à história. Inversamente, *alguma coisa* do marxismo pode ser considerada como incontornável, tanto tempo, quanto as lutas de classes ainda permanecerem como um princípio de inteligibilidade das transformações sociais: senão como única “determinação fundamental” ou “motor” do movimento histórico, ao menos como antagonismo inconciliável, universal, e do qual nenhuma política pode fazer abstração. E isso, quaisquer que sejam as retificações que convenha agregar à sua descrição e às suas “leis” tendenciais.

Mas é precisamente sobre este ponto que porta a contestação e que a evidência factual do marxismo é questionada. Das noções que ele tinha articulado em um bloco aparentemente coerente, algumas foram banalizadas ao extremo: por exemplo, a revolução, e sobretudo a crise. Em compensação a luta de classes, ao menos em “países capitalistas”, retirou-se de cena, seja porque aqueles que dele se proclamam dão-se cada vez menos conta da complexidade social, seja porque, na prática da maioria dos casos e em suas configurações mais significativas da política, as classes, em si mesmas, perderam sua identidade “visível”. Decorre daí, que esta (*a luta de classes, N.T.*) passa a figurar como um mito. Um mito que teria sido fabricado pela

teoria, e projetado sobre a história real através da ideologia das organizações (antes de mais nada pelos partidos operários) sendo, mais ou menos completamente, “interiorizado” pelos grupos sociais heterogêneos, aos quais ele teria fornecido os meios de se fazerem reconhecer como portadores de direitos e de reivindicações, em condições (*históricas e sociais, N.T.*) hoje largamente superadas. Mas se as classes não têm senão uma identidade mítica, como a luta de classes não perderia, ela própria, toda sua realidade?

É verdade que uma tal constatação pode ser enunciada de diversas maneiras. A mais brutal consiste em revisar a história dos dois últimos séculos de modo a demonstrar que a polarização da sociedade em duas (ou três) classes antagonistas foi *sempre* um mito: sua única pertinência concerniria, então, à história e à psicologia do imaginário político.

Mas pode-se também admitir que o esquema do antagonismo de classes correspondeu ao menos aproximadamente à realidade das “sociedades industriais” do final do século XIX. Simplesmente esse não seria mais o caso, ou cada vez menos, sob o efeito de uma série de mudanças: generalização da condição salarial, intelectualização do trabalho, desenvolvimento das atividades terciárias, por um lado - e é o “proletariado” que desaparece; culminação do processo de dissociação das funções de propriedade e de direção, extensão do controle social (isto é do Estado) sobre a economia, pelo outro - e é a “burguesia” que se dissolve. Daí que “as classes médias”, a “pequena burguesia”, a “burocracia”, as “novas classes assalariadas”, esses eternos quebra-cabeças teóricos e políticos sobre os quais o marxismo não cessou de desembocar, acabam por invadir a maior parte da paisagem, e por marginalizar as figuras típicas do operário e do patrão capitalista (mesmo se o trabalho explorado, o capital financeiro, não

desaparecem), as classes e a luta de classes *se tornam* um mito político, e o marxismo uma mitologia.

Alguns se perguntarão, da mesma forma, se não existe uma imensa impostura a proclamar, assim, a desaparecimento das classes em um momento (os anos setenta-oitenta) e em um contexto (a crise econômica mundial, comparada pelos economistas àquela dos anos trinta), onde se observa toda uma série de fenômenos sociais que o marxismo atribui à exploração e à luta de classes: pauperização massiva, desemprego, desindustrialização acelerada de velhos “bastiões” da produção capitalista, isto é destruição de capital coincidindo com a agitação da especulação financeira e monetária. Enquanto que, ao mesmo tempo, as políticas de Estado são acionadas/implementadas e devem se apresentar, segundo lentes minimamente pinceladas de marxismo, como políticas “de classe”, cujos imperativos altamente reivindicados não são mais o interesse geral (entendido como interesse coletivo, as vezes como interesse social), mas a saúde das empresas, a guerra econômica, a rentabilidade do “capital humano”, a mobilidade dos homens, etc. Não temos aí a luta de classes em pessoa?

Mas o que falta (como enuncia a justo título S. de Brunhoff), é a articulação do social, do político e do teórico. Daí que a visibilidade dos antagonismos de classes se transforma em opacidade. Sem dúvida, as políticas neo-liberais e neo-conservadoras tendem a se ramificar na ingovernabilidade, na instabilidade das relações internacionais, nas contradições de seu próprio populismo (e de seu próprio moralismo), mas elas carregam inegáveis sucessos *negativos*, em termos de decomposição e de deslegitimação das formas institucionais do movimento operário, da luta de classes organizada. Que ainda sejam necessários esforços deliberados e perseverantes, nesse caso,

permite assegurar e sugerir que o mito resiste. Mas esses sucessos intervêm no momento em que, na maior parte dos centros capitalistas, o movimento operário tem atrás de si décadas de organização, de experiências e de debates teóricos. Ora, muitas das lutas tipicamente operárias, das mais massivas e mais duras nesses últimos anos (mineiros ingleses, siderurgistas e ferroviários franceses...) aparecem como lutas setoriais (frequentemente "corporativas") e defensivas, questões de honra privadas de sentido e significação para o futuro coletivo. E, ao mesmo tempo, a conflitualidade social assume toda uma série de outras formas, dentre as quais, algumas, apesar ou por causa mesmo de sua instabilidade institucional, são aparentemente muito mais significativas. Isso vai do conflito de gerações e dos conflitos ligados à ameaça tecnológica contra o ambiente, aos conflitos "étnicos" (e "religiosos") e às formas endêmicas da guerra e do terrorismo internacional.

Tal seria, talvez, a forma mais radical da "desaparição das classes": não o esvaziamento (*évanouissement*, N.T.), puro e simples, das lutas sócio-econômicas e dos interesses que elas traduzem, mas sua perda de centralidade política, sua absorção no tecido de uma conflitualidade social multiforme, onde a onipresença do conflito não se acompanha de nenhuma hierarquização, de nenhuma divisão visível da sociedade em "dois campos", de "nenhuma última instância" determinante da conjuntura e da evolução, de nenhum outro vetor de transformação, mas somente a resultante aleatória das imposições tecnológicas, das paixões ideológicas e dos interesses de Estado. Breve, situação mais "hobbesiana" do que "marxista", cujo reflexo está presente nas orientações recentes da filosofia política.

Refletir sobre uma tal situação exige, antes de mais nada, assim parece, não tanto uma suspensão do julgamento quanto à validade

dos postulados teóricos do marxismo, mas uma clara dissociação entre o tempo da análise dos conceitos e das formas históricas, e o tempo dos programas ou das palavras de ordem. Isso por que temos boas razões para pensar que sua confusão (*a confusão entre eles, N.T.*) afetou regularmente a percepção pelo marxismo da universalidade e da objetividade de seus próprios enunciados, conferindo-lhe previamente o estatuto de verdades práticas. Dissipar essa confusão não é, portanto, uma forma de se refugiar na teoria “pura”, mas, antes disso, uma condição necessária -senão suficiente- para se pensar uma articulação da teoria e da prática que decorra da intervenção estratégica, e não do empirismo especulativo.

Proponho-me, agora, formular alguns elementos de uma tal reflexão, submetendo o conceito de luta de classes a um exame crítico. Em primeiro lugar, isolarei certos traços ambivalentes da concepção das classes exposta por Marx, cujo rastro persiste ao longo de todos os seus desenvolvimentos ulteriores. Em segundo lugar, examinarei a possibilidade de incorporar à teoria certos aspectos da luta de classes que contradizem efetivamente a sua imagem simplificadora (*do original la figure simple, N.T.*). Conviria, também -mas isso deveria ser objeto de outra exposição- perguntar-se sobre o modo pelo qual, de um ponto de vista marxista, pode-se designar processos e relações sociais que se confessam *irredutíveis* à sua teorização, as vezes incompatíveis com ela, e que definem, por conseguinte, os verdadeiros limites internos (ou, se se quiser, os limites internos da antropologia subjacente ao marxismo): por exemplo, a “mecanização da inteligência”, ou as relações de opressão sexual, ou ainda certos aspectos do nacionalismo e do racismo.

A “teoria marxista” das classes

Não se trata de resumir aqui, e por uma vez mais, os conceitos fundamentais do “materialismo histórico”, mas de indicar o que, na própria obra de Marx tomada ao pé-da-letra -antes como uma experiência teórica do que como um sistema-, [afeta a análise das lutas de classes de uma ambivalência, e sobre a qual pode-se pensar, aliás, que é ela que (lhe) fornece o “jogo” necessário para seu investimento prático]⁴. Passarei bastante rápido sobre os desenvolvimentos que são bem conhecidos, ou que já os tenha proposto anteriormente.

Um primeiro fato deve nos reter: a extrema disparidade das imagens (figuras, *faces*, do original “*figures*”, N.T.) da luta de classes que encontramos, por um lado, nas obras “histórico-políticas” de Marx, e, por outro lado, em *O Capital*.

As primeiras sofreram, naturalmente, mais que qualquer outro texto, o contragolpe das circunstâncias (histórico-políticas) de sua elaboração. Os “balanços” (do francês figurado “*tableaux*”, N.T.) que elas apresentam aparecem como adaptações do esquema histórico fundamental aos imprevistos da história empírica (reduzida no essencial à história européia), oscilando entre permanência e a retificação *a posteriori* e a antecipação. Ora, essas adaptações exigem a produção de artefatos conceituais: donde o famoso texto sobre a

⁴Considerando o trecho entre colchetes sugiro a seguinte formulação: [... conferiu uma certa ambivalência à análise das lutas de classes, e sobre a qual pode-se pensar, aliás, que ela mesma teria alimentado / nutrido o “jogo” necessário de seu próprio investimento prático.] cf., op. cit. pg.215. Por “jogo” necessário, penso que o que é designado é o conjunto de múltiplas determinações que informam a necessidade e as condições concretas de seu investimento prático. Como o jogo das contradições que torna necessário o seu investimento prático. N.T..

“aristocracia operária”; ora, elas fazem emergir serias dificuldades lógicas: donde a idéia segundo a qual a burguesia, enquanto classe, não seria capaz de exercer o poder político, por ela própria. Sucede, também, que elas resgatam uma dialética do “concreto” muito mais sutil: assim a idéia de que as crises revolucionárias e contra-revolucionárias condensam, segundo uma sucessão dramática, fenômenos de decomposição (*das formas, N.T.*) de representação das classes e de polarização da sociedade em campos antagonistas. No fundo, essas análises não remetem, jamais, em questão uma representação da história que se pode chamar de estratégica, como constituição, e afrontamento, das forças coletivas dotadas de uma identidade própria, de uma função social, e de interesses políticos exclusivos. É o que *O Manifesto* chama de “guerra civil, latente ou aberta”. Donde a possibilidade de personificar as classes como atores materiais e ideológicos da história. Uma tal personificação implica, bem entendido, uma *simetria* fundamental dos termos que ela opõe.

Ora, é justamente o que, no essencial, está ausente d’*O Capital* (e o que é profundamente incompatível com a sua “lógica”). *O Capital* expõe um processo que, certamente, decorre integralmente da luta de classes, mas que comporta uma *assimetria* fundamental: ao ponto que se poderia chegar a dizer que, do seu ponto de vista, as classes antagonistas não se “encontram” jamais. De fato os burgueses ou capitalistas (retornarei sobre os problemas colocados por essa dupla designação), não figuram jamais como um *grupo social*, mas unicamente como a “personificação”, as “mascaras”, os “portadores” do capital e de suas diversas funções. É somente quando essas funções se opõem entre elas que as “frações de classe” capitalistas - empreendedores e financistas, comerciantes- começam a adquirir uma consistência sociológica; ou ainda, logo que elas encontram os interesses da propriedade fundiária e das classes pré-capitalistas, con-

sideradas como “exteriores” ao sistema. Inversamente, o proletariado aparece, ao mesmo tempo, como uma realidade concreta, face ao capital-dinheiro, e como uma realidade tangível (o “trabalhador coletivo”, a “força de trabalho”) no processo de produção e de reprodução. Pode-se dizer que, em um sentido profundo, não existe em *O Capital* duas, três, ou quatro classes, mas apenas *uma só classe*, a classe operária-proletária, cuja existência é, ao mesmo tempo, a condição da valorização do capital, o resultado de sua acumulação, e o obstáculo contra o qual se choca em permanência a automaticidade de seu movimento.

Em conseqüência, a assimetria das duas “classes fundamentais” não contradiz a idéia da luta de classes, mas, pelo contrário, ela aparece como a expressão direta da estrutura profunda dessa luta (“toda ciência seria inútil se a essência das coisas se confundisse com sua aparência”, escreve Marx), na medida em que esta última está sempre em curso *na* produção e na reprodução das condições de exploração, e não simplesmente superposta a esta.

Decorre que o “marxismo” é a unidade desses dois pontos de vista (ou, como se crê poder explicitar a seguir, a unidade de uma definição e de uma personificação econômica, e de uma definição política das classes, dentro de um único drama histórico). Para esquematizar, é, portanto, por uma série de relações de expressão e de representação -articulando a questão do trabalho àquela do poder- e pela lógica do desenvolvimento das contradições, que a unidade dos pontos de vista diferentes d’*O Capital* e d’*O Manifesto Comunista* se encontra garantida.

Examinemos mais de perto, agora, a maneira pela qual Marx -o Marx de *O Capital*- pensou a origem das contradições, dentro das próprias condições de existência do proletariado: como uma situação

histórica “concreta” na qual se associariam em um certo momento o caráter insuportável de uma forma de vida inteiramente comandada pelo trabalho produtivo assalariado, e os limites *absolutos* de uma forma econômica repousando inteiramente sobre a exploração crescente desse mesmo trabalho.

Resumamos em grandes linhas. A análise d’*O Capital* articula uma “forma” e um “conteúdo”, ou, se se quiser, um momento de universalidade e um momento de particularidade. A forma (o universal) é o *auto-movimento do capital*, o processo indefinido de suas metamorfoses e de sua acumulação. O conteúdo particular, são os momentos encadeados, entre si, da transformação do “material humano” em força de trabalho assalariada (vendida e comprada como mercadoria), de sua utilização dentro de um processo de produção de excedente (*sobretabalho*, *N.T.*), de sua reprodução na escala da sociedade inteira. Considerado em sua dimensão histórica (ou, como uma tendência que se impõe na história de todas as sociedades, na medida que elas são submetidas a “lógica” capitalista), pode-se dizer que este encadeamento é a *proletarização* dos trabalhadores. Mas, desde que o auto-movimento do capital extrai, aparentemente, de sua continuidade própria (à despeito das crises) uma unidade imediata, a proletarização só pode ser pensada sob um conceito único, à condição de articular, ao menos, três tipos de fenômenos sociais exteriormente distintos (três “histórias”, se se quiser):

- i) O momento, inicial, da *exploração* propriamente dita, em sua forma mercantil, enquanto extorsão e apropriação de sobretabalho pelo capital: diferença quantitativa entre o *trabalho necessário*, equivalente à reprodução da força de trabalho dentro de condições históricas dadas, e do *sobretabalho* conversível em meios de produção adequados ao desenvolvimento tecnológico.

Para que esta diferença e essa apropriação produtiva tenham lugar, é preciso, *ao mesmo tempo*, uma forma jurídica estável (o contrato salarial), e uma relação de forças permanente (onde vêm interferir as imposições técnicas, as coalizões operárias e patronais, as intervenções reguladoras do Estado que impõem a “norma salarial”).

- ii) O momento, em seguida, ao qual reservaria o nome de *dominação*: é a relação social que se estabelece *na própria produção*, penetrando até os poros mais ínfimos do tempo de trabalho do operário, inicialmente através da simples subsunção formal do trabalho sob o comando do capital, a seguir -através da divisão do trabalho, a parcelização, a mecanização, a intensificação- atingindo a subsunção real do trabalho sob as exigências da valorização. É aqui que convém, notadamente, atribuir um papel decisivo à divisão do trabalho manual e intelectual, isto é, à expropriação do saber-operário e à sua incorporação aos dispositivos científicos, para lhe opor à autonomia do trabalhador. É aqui, ainda, que convém estudar, correlativamente, o desenvolvimento das “potências intelectuais” da produção (tecnologia, programação, planificação) e, de retorno, os efeitos da forma capitalista *sobre a força de trabalho* em si mesma, a qual deve ser condicionada e periodicamente reformada (pela família, a escola, a fábrica, a medicina social) em seus hábitos físicos, morais, intelectuais; evidentemente, não sem resistências.
- iii) O momento, enfim, da *insegurança e da concorrência* entre os trabalhadores, o qual se manifesta pelo caráter cíclico, de atração-repulsão segundo Marx, do emprego e do desemprego (“risco especificamente proletário” sob suas diferentes formas, segundo a expressão de S.de Brunhoff). Marx identifica no inte-

rior dessa concorrência uma necessidade da relação social capitalista, a qual pode ser contrabalançada pela organização dos operários em sindicatos, e pelo interesse que o capital tem em estabilizar uma parte da classe operária, mas que não pode jamais ser suprimida, e a qual acaba sempre por se impor novamente (notadamente nas crises e nas estratégias capitalistas de resolução das crises). Ele a atribui diretamente às diferentes formas de existência do “exército industrial de reserva” e da “superpopulação relativa” (englobando, aí, a colonização, o emprego concorrencial de homens, mulheres e crianças, a imigração, etc.), isto é às “leis de população” que, durante todo o curso da história do capitalismo, perpetuam a violência inicial da proletarização.

Tem-se aí *três aspectos* da proletarização que são, também, três fases da reprodução do proletariado. Assim como o havia sugerido, anteriormente (Balibar, 1985), eles contêm uma dialética implícita entre a “massa” e a “classe”: transformação contínua de massas (ou de populações) historicamente heterogêneas (*marcadas* por particularidades diversas) em *uma* classe operária ou em sucessivas configurações *da* classe operária, e desenvolvimento correlato das formas de “massificação” próprias à situação de classe (“trabalho de massa”, “cultura de massa”, “movimentos de massa”).

O que caracteriza o raciocínio de Marx, é a unificação desses três momentos dentro de um único tipo ideal, a um só tempo, logicamente coerente e empiricamente reconhecível, com base em variantes circunstanciais aproximadas (“de te fabula narratur”, diz ele aos operários alemães). Esta unificação aparece, assim, como a contrapartida da unidade do movimento do capital, ela representa sua *outra face*. Ela é, portanto, uma condição necessária para se poder pen-

sar *concretamente* a “lógica do capital”, como expansão universal da forma valor. É somente quando a força de trabalho é, integralmente, uma mercadoria que a forma mercadoria reina sobre toda a produção e toda a circulação social. Mas é somente quando os diferentes aspectos da proletarização estão unificados em um único processo (pelo efeito, nos diz Marx, do mesmo “molinete” que submete a própria produção material) que a força de trabalho é integralmente mercadoria.

Mas isso desemboca, imediatamente, sobre dificuldades históricas, que não podem ser removidas senão por postulados empírico-especulativos contestáveis. Por exemplo, aquele que pretende que, salvo raras exceções, a tendência da divisão do trabalho na produção vá, sempre, no sentido da desqualificação e da homogeneização dos trabalhadores, de forma a generalizar o “trabalho simples”, indiferenciado e intercambiável, o qual faz existir no real, em alguma medida, o trabalho “abstrato”, substância do valor. E isso desemboca sobre um profundo equívoco quanto ao sentido próprio das “leis históricas” do capitalismo (e das contradições desse modo de produção). Como vamos ver, esse equívoco está presente no próprio coração, da representação marxista da classe.

Mas permaneçamos, ainda, atentos, por um instante, à descrição da proletarização proposta por Marx. Gostaria de, em poucas palavras, fazer sentir a ambivalência desta descrição no que respeita às categorias clássicas do *econômico* e do *político*. Essa ambivalência não existe somente para *nós*, mas ela existe também para Marx. Duas leituras das análises d’*O Capital* são, em efeito, constantemente possíveis, conforme se atribua a prioridade ao que chamei de “forma” ou ao que chamei de “conteúdo”. Tem-se, assim, à partir do *mesmo* tex-

to, seja uma “teoria econômica das classes”, seja uma “teoria política das classes”.

Do primeiro ponto de vista, todos os momentos da proletarianização (e os momentos desses momentos, que vão até no detalhe da história social dos séculos XVIII e XIX, notadamente inglesa) são pre-determinados dentro do ciclo do valor, da valorização e da acumulação do capital, o qual não constitui apenas uma *imposição* social, mas principalmente a própria *essência* escondida das práticas atribuídas (*assignadas*, cf. o *original*, N.T.) à classe operária. Sem dúvida, esta essência é, segundo o que nos disse Marx, um “fetiche”, uma projeção de relações sociais históricas no espaço ilusório da objetividade, e em última análise, é uma forma alienada da essência verdadeira, que seria a realidade “última”: o trabalho humano. Mas o recurso a esse fundamento, longe de excluir uma leitura economicista do processo de desenvolvimento das “formas”, ele a impõe como um horizonte insuperável. Isso porque a correlação das categorias do trabalho em geral e de mercadoria (ou de valor) é o próprio princípio da economia clássica. Daí que a conflitualidade política onipresente na descrição dos métodos de extração do valor e das resistências que elas suscitam (desde as greves e as revoltas contra a mecanização ou da urbanização forçada, até à legislação do trabalho, à política social do Estado, passando pela organização operária) não vale por ela própria, mas somente como expressão geral (N.T.) das contradições da lógica econômica (ou da lógica do trabalho alienado na sua forma “econômica”).

Mas essa leitura é reversível, bastando para isso que, ao primado da forma, se substitua o primado do conteúdo, cuja forma não é senão o resultado “tendencial”, marcado de contingência. Ao invés de que a luta de classes seja a *expressão* das formas econômicas, ela se

torna, então, *a causa* -necessariamente variante, submetida ao aleatório das conjunturas e das relações de forças- de sua coerência relativa. Seria suficiente, nesse caso, de entender, sob o mesmo termo “trabalho”, ao invés de uma essência antropológica, um complexo de práticas sociais e materiais, cuja unidade provém apenas de sua reunião em um lugar institucional (a produção, a empresa, a fábrica) e em uma época da história das sociedades ocidentais (aquela da dissolução dos ofícios pela revolução industrial, da urbanização, etc.).

Assim o que aparece com toda clareza -nas próprias palavras da análise de Marx-, não é um encadeamento predeterminado de formas, mas *um jogo de estratégias antagonistas*: estratégias de exploração e de dominação, estratégias de resistência, constantemente defasadas e relançadas por seus próprios efeitos (notadamente seus efeitos institucionais: donde a importância crucial que reveste aqui o estudo da legislação sobre o tempo de trabalho -primeira manifestação do “Estado social”- em torno da qual se opera historicamente a passagem da subsunção formal à subsunção real, da mais valia absoluta à mais valia relativa, ou ainda da exploração extensiva à exploração intensiva). A luta de classes aparece, então, como o *fundo político* (um fundo “versátil”, como diria Negri, tão pouco “idêntico à si” quanto o próprio trabalho), sobre o qual se entrecortam diversas figuras (*faces, cf. o original, N.T.*) da economia, as quais não têm, em si mesmas, nenhuma autonomia.

Resta que, como já disse, essas duas leituras são finalmente reversíveis, do mesmo modo que a forma e o conteúdo em geral. E isso traduz bem o equívoco do empreendimento de Marx: ele é, simultaneamente, “crítica da economia política” por evidenciar os antagonismos da produção, pela onipresença das relações de forças e da política (ali onde a ideologia liberal, *jogando lenha na fogueira*, isto é,

restringe o conflito do lado do Estado e do “poder”, acreditava encontrar o reino do cálculo racional e do interesse geral garantido por uma mão invisível); e, *ao mesmo tempo*, ele é demonstração, denúncia, dos *limites da política*, como esfera pura do direito, da soberania e do contrato (limites não tanto externos quanto internos, já que é do interior que as forças políticas se revelam como forças econômicas, exprimindo interesses “materiais”).

Sendo reversíveis, estas duas leituras são instáveis. Elas traduzem-se, aqui e acolá, no próprio Marx, por pontos de fuga da análise (em particular a pseudo-definição economicista das classes sociais em termos de distribuição de renda, inspirada por Ricardo, sobre a qual realiza-se (*s'achève*, N.T.) os manuscritos d’*O Capital*; mas, também, as perspectivas catastrofistas do desmoronamento do capitalismo ao atingir seus “limites históricos absolutos”). Em suma, a oscilação entre o economicismo e o politicismo não cessa de afetar a noção das contradições do modo de produção capitalista. Ou elas designarão o modo pelo qual, passado um certo estágio, os efeitos econômicos das relações de produção capitalistas não podem senão *se converter em seu contrário* (de “condições de desenvolvimento” para a produtividade do trabalho eles se tornariam “entraves”: donde crise e revolução). Ou, ao contrário, elas designarão o fato permanente, presente desde a origem, que a força de trabalho humana permanece *irreduzível ao estado de existência*, N.T.) *da mercadoria*, e sua resistência cada vez mais forte e organizada até à subversão do sistema (o que é propriamente a luta de classes). É surpreendente, que se possa entender desses dois modos o enunciado famoso de Marx sobre a “expropriação dos expropriadores” como “negação da negação”.

Mas essa oscilação não pode se manter enquanto tal. Para que a teoria seja inteligível e aplicável, é preciso fixá-la em um ponto. É a

função que preenche, notadamente, em Marx -e mais ainda em seus sucessores- a idéia de dialética, enquanto idéia geral da imanência da política ao econômico, e da historicidade à economia. É, sobretudo, nesse ponto que vem se inserir, como uma unidade dos contrários, plena de sentido para a teoria e para a prática, a idéia do proletariado revolucionário, o qual representa a adequação “enfim encontrada” da objetividade econômica e da subjetividade política. As premissas desta idéia estão, certamente, presentes no próprio Marx (é o que chamei de seu empirismo-especulativo). Pode-se dizer, ainda, que se trata da identidade ideal da *classe operária*, como classe “econômica”, e do *proletariado* como “sujeito político”. Conviria perguntar se, na representação estratégica das lutas de classes, essa identidade não vale para todas as classes: mas é preciso reconhecer que só a classe operária a possui por si própria, o que lhe permite pensar como “classe universal” (enquanto as outras classes permanecem, sempre, ao nível das aproximações: ver, uma vez mais, a idéia sintomática segundo a qual “a burguesia não pode dominar pessoalmente”; enquanto que o proletariado pode -e deve necessariamente- ser revolucionário em pessoa).

Naturalmente, se observará com facilidade as defasagens e os obstáculos que afetam essa unidade de princípio, e que fazem diferir temporalmente o momento da identidade: “atraso da consciência”, “divisões” profissionais ou nacionais da classe operária, “migalhas imperialistas”, etc.. No limite pode-se pensar -com Rosa Luxemburg- que a identidade de classe do proletariado não existe realmente, senão no ato revolucionário, em si mesmo. Mas essas precisões não farão senão confirmar o princípio de uma identidade que já está contida potencialmente na correspondência entre a unidade objetiva da classe operária, produzida pelo desenvolvimento capitalista, e sua unidade subjetiva, inscrita ao menos, por direito, na negatividade

radical de sua situação, isto é, na incompatibilidade de seus interesses, e de sua própria existência, com esse desenvolvimento do qual ela é precisamente o produto. Ou ainda, entre a *individualidade* objetiva da classe operária, da qual participariam todos os indivíduos que a ela “pertencem” em razão de seu lugar na divisão social do trabalho, e o *projeto autônomo* de transformação da sociedade, que torna pensável e organizável a defesa de seus interesses imediatos e o fim da exploração (isto é, a “sociedade sem classes”, socialismo ou comunismo).

Assim parece que, entre o modo pelo qual o marxismo representa *a si próprio* o caráter historicamente determinante das lutas de classes, e o modo pelo qual ele representa *a si próprio* a dupla identidade subjetiva e objetiva das próprias classes (antes de tudo aquela do proletariado), existe uma pressuposição recíproca. É ainda, entre a forma pela qual ele representa o sentido (*significado e direção*, N.T.) das transformações históricas, e o modo pelo qual ele representa a continuidade da existência, a identidade continuada das classes que aparecem sobre a cena histórica como atores de seu drama.

As premissas desse círculo, como havia dito ha pouco, estão dadas no próprio Marx: na idéia da subjetividade revolucionária como simples tomada de consciência da negatividade radical implicada pela situação de exploração; e na idéia de que tal situação traduz, ainda que com progressos e etapas, um processo de proletarização unificada, correspondente, ponto por ponto, à apenas uma única lógica. Nada de surpreendente que, nessas condições, a idéia estrutural de um *antagonismo inconciliável* não tenha cessado de se projetar na ficção histórica de uma *simplificação das relações de classes*, ao termo da qual as questões vitais da aventura humana (exploração ou liberação) deveriam aparecer “à luz do dia”, em escala “mundial”.

Para que esse círculo se desfça é preciso apenas que -comecem a se dissociar os elementos da análise teórica e os elementos de ideologia milenarista amalgamados em uma unidade contraditória do marxismo-, as defasagens empíricas observáveis entre os diferentes aspectos da proletarização apareçam como defasagens estruturais, que não são transitórias, mas implicadas nas condições concretas do "capitalismo histórico" (Wallerstein). A função social da burguesia -a qual não pode ser pensada, contrariamente à ilusão de Engels e Kautsky, como uma "classe supérflua"- não se reduz àquela de "portadora" das funções econômicas do capital. Ou ainda: "burguesia" e "classe capitalista" não são, mesmo no que concerne a fração dominante, termos intercambiáveis (*sinônimos*, N.T.) atribuídos a um único e mesmo personagem. Enfim, e esse não é um aspecto de menor importância, a ideologia revolucionária (ou contra-revolucionária) não é, historicamente, o outro nome de uma consciência de si unívoca e universal: ela é o produto ativo de circunstâncias, de formas culturais e de instituições particulares.

Todas essas retificações e distorções revelam-se, ao mesmo tempo, na experiência histórica e na obra dos historiadores ou dos sociólogos, desembocando em uma verdadeira desconstrução da teoria marxista original. Tal atualização, implica na anulação pura e simples de seus princípios de análise? Pode-se racionalmente perguntar se elas não abrem, antes de mais nada, a possibilidade de uma refundação teórica na qual -uma vez criticados radicalmente os pressupostos ideológicos que conduzem a imaginar o desenvolvimento do capitalismo como uma "simplificação dos antagonismos de classes" (contendo "em si" a necessidade de uma sociedade sem classes)-, os conceitos de classe e de luta de classes designariam ao contrário, um *processo de transformação sem um final pré-estabelecido*; o que, em outros termos, conduziria a falar, prioritariamente, de uma incessan-

Da luta de classes à luta sem classes?

te transformação da identidade das classes sociais. Seria nessa perspectiva que os marxistas poderiam retomar, seriamente, para devolvê-la aos seus autores, a idéia de uma dissolução das classes, entendidas como *personagens* investidas de uma identidade e de uma continuidade (*permanência, N.T.*) míticas. Breve, seria preciso formular a hipótese, ao mesmo tempo, histórica e estrutural de uma “luta de classes sem classes”.

Marx além de Marx

Retomemos, por ora, a oscilação do marxismo entre uma interpretação “econômica” e uma interpretação “política” da luta de classes. Uma e outra são reduções da complexidade histórica. Suas faces são hoje bem conhecidas, cada qual tendo permitido, ao menos em parte, de exibir a verdade da outra.

A tradição comunista (de Lênin à Gramsci, Mao, Althusser, etc.) desmascarou no evolucionismo economicista do marxismo “ortodoxo” um desconhecimento do papel do Estado na reprodução das relações de exploração, quanto à integração das organizações representativas da classe operária no sistema dos aparelhos de Estado (ou, para retomar a expressão de Gramsci, à sua subordinação à hegemonia burguesa). Por outro lado, por sua análise do imperialismo, esta leitura ortodoxa atribuiu tal integração ao fracionamento dos explorados resultante da divisão internacional do trabalho. Mas essa crítica desembocou, através do acionamento voluntarioso da “tomada do poder” e do “primado da política”, na reconstituição dos aparelhos de Estado *menos* democráticos que aqueles dos países nos quais se havia desenvolvido o movimento operário social-democrata, e nos quais se viu o monopólio de um partido dirigente que se substituiu à própria classe, se combinar com o produtivismo e o nacionalismo.

Não deduzo esses fenômenos de nenhuma lógica preexistente (a propósito das teorias do “totalitarismo”), mas gostaria de tirar alguns ensinamentos de sua confrontação com as dificuldades (*internas, N.T.*) da doutrina de Marx. Emprestando a bela expressão de Negri, para meus propósitos específicos, tentarei mostrar como esta confrontação pode nos permitir levar os conceitos de Marx “para além de Marx”.

O equívoco das representações do econômico e do político em Marx não deve nos mascarar o corte (*a ruptura, N.T.*) que ele opera. Em um certo sentido, essa ruptura é, em si mesma, o preço do resgate,⁵ por ele, pago. Ao descobrir que a esfera das relações de trabalho não é uma esfera “privada”, mas (*uma esfera, N.T.*) imediatamente constitutiva das formas políticas na sociedade moderna, Marx não operou apenas uma ruptura decisiva com relação a representação liberal do espaço político como esfera do direito, da força e da opinião “públicas”. Ele antecipava, com isso também, uma transformação social do Estado que se mostrava irreversível. Assim, ao mostrar que era impossível suprimir politicamente -seja por vias autoritárias ou contratuais- o antagonismo da produção, ou ao invés disso, de atingir-se um equilíbrio estável dos interesses no capitalismo (*através de, N.T.*) uma “partilha do poder” entre as forças sociais, ao mesmo tempo, ele reduzia à nada a pretensão do Estado em constituir uma comunidade de indivíduos, essencialmente, “livres e iguais”. Em particular, aquela do Estado nacional. Lembre-se, a tal propósito, que todo “Estado social” nos séculos XIX e XX (inclusive o Estado *socialista*) é, não somente, um Estado nacional, mas um Estado *nacionalista*.

Nesse sentido, Marx atribuiu uma base histórica à idéia, enigmática, segundo a qual o que liga os grupos sociais e os indivíduos, entre si, não é um bem comum superior, ou uma ordem jurídica, mas um conflito em perpétuo desenvolvimento. É por isso mesmo, e so-

⁵ O que deve ser entendido aqui como “o preço pago pelo resgate exigido pela liberação” do conhecimento científico e do pensamento social com relação ao pensamento burguês (e suas representações do mundo, à começar pela própria economia-política) assim como com relação à própria ortodoxia marxista, e sua “produção de verdades, em épocas mais recentes, como foi o caso do marxismo ‘oficial’”. N.T..

bretudo enquanto conceitos “econômicos”, que a luta de classes e as classes sociais sempre foram conceitos, eminentemente, *políticos*, que exprimiam, potencialmente, uma refundação do conceito da política oficial. É esta ruptura, e essa refundação, que são recobertas, e, mais ou menos completamente, anuladas (*neutralizadas, N.T.*), tanto pelo economicismo e o evolucionismo “ortodoxos”, quanto pelo estatismo revolucionário, no qual a noção de luta de classes acaba por tornar-se uma capa estereotipada (*da qual se servem, N.T.*) as ditaduras de Estado e (su)as técnicas de organização. É o que nos obriga à examinar, mais de perto, a relação que mantêm historicamente as identidades de classe, os fenômenos de organização e as transformações do Estado.

Para começar diria que o que se manifestou, nos séculos XIX e XX, como uma “identidade proletária”, relativamente autônoma, deve ser compreendido como uma *efeito ideológico objetivo*. Um efeito ideológico não é um “mito”, ou pelo menos não pode ser reduzido à isso (*a fortiori* isso não quer dizer que a “verdade do mito” seja o individualismo: o individualismo é ele próprio, por excelência, um efeito ideológico organicamente ligado à economia mercantil e ao Estado moderno). Tanto quanto não é possível reduzir à um mito a presença, sobre a cena política, de uma força que se identifica, em si mesma, e se faz reconhecer como “classe operária”, quaisquer que sejam as intermitências de sua intervenção, de sua unificação e de suas divisões. Sem esta presença, a insistência da questão social e seu papel nas transformações do Estado permaneceriam ininteligíveis.

O que os trabalhos dos historiadores nos obrigam à registrar é que, em contrapartida, esse efeito ideológico não tem nada de espontâneo, de automático, de invariável. Ele procede de uma dialética permanente das práticas operárias e das formas de organização, nas

quais não intervêm apenas as “condições de vida”, as “condições de trabalho”, as “conjunturas econômicas”, mas também as formas que toma a política nacional no quadro do Estado (por exemplo, a questão do sufrágio universal, aquela da unidade nacional, as guerras, a questão da laicidade escolar e religiosa, etc.). Breve, uma dialética constantemente sobredeterminada na qual uma classe relativamente individualizada não se forma senão pelas relações que ela entretém com todas as outras, no seio de uma rede de instituições.

Tal inversão de ponto de vista obriga à admitir, conforme aquilo que é historicamente observável na superfície das coisas, que não existe <classe operária> apenas sobre a base de uma situação sociológica mais ou menos homogênea, mas somente lá onde existe um movimento operário. E, ainda, que não existe movimento operário senão lá onde existem organizações operárias (partidos, sindicatos, bolsas de trabalho, cooperativas).

É aqui onde as coisas se tornam difíceis e interessantes. Não aceitemos, por um reducionismo ao inverso - aquele, precisamente, subentendido pela representação idealizada da “classe sujeito” identificar, cada vez mais, o movimento operário às organizações operárias, e a unidade -ainda que relativa- da classe ao movimento operário. Entre esses três termos sempre existiu necessariamente defasagens, geradoras de contradições que constituem a história real, social e política, da luta de classes. Assim, não somente as organizações operárias (notadamente os partidos políticos de classe) jamais “representaram” a totalidade do movimento operário, mas elas entraram, periodicamente, em contradição com esse último; seja, porque sua representatividade estava fundada sobre a idealização de certas frações do “trabalhador coletivo” -instaladas em posição central em uma dada etapa da revolução industrial-, seja,

porque ela correspondia à uma forma de compromisso político com o Estado. De tal forma que chega o momento em que o movimento operário deveria se reconstituir *contra* as práticas e as formas de organização existentes. É por isso que, os conflitos ideológicos (reformismo e ruptura revolucionária), os dilemas clássicos e sempre renascentes, do “espontaneísmo” e da “disciplina”, não representam, apenas, acidentes, mas a substância mesma dessa relação.

Por sua vez, o movimento operário não exprimiu, nem incorporou a totalidade das práticas de classe (o que se pode chamar de formas de sociabilidade operária) ligadas às condições de vida e de trabalho, tais como estas se implantaram no espaço operário da fábrica, da família, da moradia, das solidariedades étnicas, etc. Isso, não em razão de um atraso de consciência, mas em razão da diversidade irreduzível dos interesses, das formas de vida e de discurso que caracterizam os indivíduos proletarizados, qualquer que seja a violência da exploração sobre eles exercida (e, ainda aqui, sem falar da diversidade própria às formas dessa exploração). E ao contrário, são precisamente estas práticas de classe -hábitos profissionais, estratégias coletivas de resistência, *simbólicas* culturais- que, à cada vez, conferiram a capacidade de unificação ao movimento (greves, reivindicações, revoltas) e às organizações.

Avancemos um pouco mais. Existe uma defasagem permanente, não somente, entre as práticas, os movimentos, as organizações que fazem a “classe” em sua continuidade histórica relativa, mas existe, também, uma impureza essencial de cada um desses termos. Nenhuma organização de classe (e, em particular nenhum partido de massa), mesmo quando ela desenvolveu uma ideologia *obreirista*, não foi jamais apenas uma organização puramente *operária*. Ao invés disso, esta sempre se constituiu pelo encontro, a fusão mais ou menos

conflituosa de certas frações operárias “d’avant-garde” e de grupos de intelectuais, quer ligados ao exterior, quer em parte desligados internamente, já que considerados “intelectuais orgânicos”. Da mesma maneira, nenhum movimento social significativo, ainda quando ele tenha se revestido de um caráter acentuadamente proletário, não se fundou jamais sobre reivindicações e objetivos puramente anti-capitalistas, mas sempre (*se fundaram, N.T.*), sobre a combinação de objetivos anti-capitalistas e objetivos democráticos, ou ainda nacionais, ou pacifistas, ou culturais no sentido amplo. Da mesma forma, as solidariedades elementares ligadas às práticas de classes, à resistência e à utopia social, sempre foram, em função do meio e do momento histórico, ao mesmo tempo solidariedades profissionais e solidariedades de geração, de sexo, de nacionalidade, de vizinhança urbana e agrária, de combate militar, etc. (as formas do movimento operário na Europa após 1914 seriam ininteligíveis sem a experiência dos “antigos combatentes”).

Nesse sentido, o que a história nos mostra, é que as relações sociais não se estabelecem *entre* classes fechadas em si mesmas, mas ao contrário elas *atravessam* as classes - ou, se se quiser, que a *luta de classes se desenrola dentro das próprias classes*. Mas tanto quanto o Estado, por suas instituições, suas funções de mediação e de administração, seus ideais e seus discursos estão sempre presentes na constituição das classes.

Isso vale, antes de mais nada, para a “*burguesia*”, e é sobre este ponto, particularmente, que o marxismo clássico esbarrou. Sua concepção de aparelho de Estado como um organismo ou uma “máquina” exterior à “sociedade civil” - ora percebido como um instrumento neutro ao serviço da classe dominante, ora como uma burocracia-, concepção herdada da ideologia liberal e simplesmente re-

vertida contra a idéia do interesse geral, lhe impediu de pensar o papel constitutivo do Estado.

Parece-me que pode-se sustentar que toda “burguesia” é, fundamentalmente, uma *burguesia de Estado*. Isto é que a classe burguesa não se apodera do poder do Estado *após* haver se constituído em classe economicamente dominante, mas ao contrário ela se torna dominante (socialmente e culturalmente) na medida em que (ela) desenvolve, utiliza e controla o aparelho de Estado, transformando-se e diversificando-se para poder fazê-lo (ou fundindo-se com outros grupos sociais que asseguram o funcionamento do Estado: militares, intelectuais...). Este é um dos sentidos possíveis da idéia gramsciana de hegemonia, levada ao extremo. No sentido estrito, não existe “*classe capitalista*”, mas *capitalistas* de diferentes tipos (industriais, comerciantes, financistas, rentistas, etc.) que só formam uma classe a condição de se unir tendencialmente com *outros* grupos sociais aparentemente exteriores à “relação social fundamental”: intelectuais, funcionários, quadros, proprietários fundiários, etc.. Uma boa parte da história política moderna reflete as vicissitudes dessa “união”. O que não significa que a burguesia se constitui independentemente da existência do capital, ou de empresários capitalistas, mas (*o que significa, N.T.*) que a unidade dos capitalistas em si mesmos, a conciliação de seus conflitos de interesses, a realização das funções “sociais” que eles devem assegurar para dispor de uma mão de obra explorável, seriam impossíveis sem a mediação constante do Estado (e por consequência, se eles não fossem capazes -eles ainda não o são, até hoje- de se transformar em “gestionários” do Estado, e de se associar à burgueses não-capitalistas em torno da gestão e de utilização do Estado).

No limite, uma burguesia histórica é uma burguesia que inventa periodicamente novas formas de Estado, ao preço de sua transfor-

mação (a qual pode ser violenta). Assim as contradições do lucro financeiro e da função empresarial não puderam ser reguladas senão através do Estado "keynesiano". E, o mesmo, forneceu as "formas estruturais" (Aglietta) permitindo à hegemonia burguesa, sobre a reprodução da força de trabalho, passar do paternalismo do século XIX às políticas sociais do século XX. Compreende-se desta forma que as enormes desigualdades de renda, de modo de vida, de poder e de prestígio que existem no seio da classe burguesa, ou ainda a cisão entre a propriedade financeira e a gestão econômica e técnica (o que foi chamado de "tecnoestrutura"), ou ainda as flutuações da propriedade privada e da propriedade pública, conduzem as vezes, à contradições secundárias no seio da classe dominante, mas raramente a colocar em perigo sua própria constituição, desde que a esfera política assuma efetivamente suas funções de regulação.

Mas o que vale para a burguesia vale também -ainda que de um outro modo e mais paradoxalmente no que concerne a ortodoxia marxista- para a classe explorada. Ela também está "*dentro do Estado*", a menos que se prefira dizer que o Estado "está nesta última". Os três aspectos da proletarianização analisados por Marx, podem ser considerados sempre como tendencialmente presentes em uma formação capitalista, mas desde os primórdios da época moderna (a época da "acumulação primitiva"), eles não puderam ser articulados, entre si, sem a mediação estatal. Não apenas no sentido de uma garantia externa da ordem social exercida pelo "Estado-policia" ou do "aparelho repressivo", mas no sentido de uma mediação interna conflituosa. De fato, tal mediação é requerida por cada um dos momentos da proletarianização (fixação das normas salariais e do direito do trabalho, políticas de exportação e de importação de mão-de-obra, portanto, políticas de territorialização e de mobilização da classe operária), e, sobretudo ela é necessária para articular, em um dado

momento, suas respectivas evoluções (gestão do mercado de trabalho, do desemprego, da previdência social, da saúde, da escolarização e da formação profissional, sem as quais não haveria “mercadoria força de trabalho” constantemente reproduzida e levada ao mercado). *Sem Estado, a força de trabalho não seria uma mercadoria.* E ao mesmo tempo, *a irredutibilidade* da força de trabalho ao estatuto de mercadoria -que ela se manifeste pela revolta ou pela crise, ou pela conjunção das duas- não cessa de obrigar o Estado à se transformar.

Com o desenvolvimento do Estado social, essas intervenções presentes desde as origens não fizeram senão revestir uma forma mais orgânica, burocratizada, integrada aos planejamentos nos quais se tenta articular, ao menos em escala nacional, os fluxos de população, os fluxos financeiros e os fluxos de mercadorias. Mas ao mesmo tempo o Estado social, e o sistema de relações que ele implica, se tornaram um trunfo e um terreno imediatos para as lutas de classes e para os efeitos econômicos e políticos combinados das “crises”. É sobretudo o caso em que a estatização das relações de produção (o que Henri Lefebvre chegou a designar como o “modo de produção estatal”) se combina com outras transformações da relação salarial: a generalização formal do salariado na imensa maioria das funções sociais; a dependência cada vez mais direta da orientação profissional com relação à formação escolar (e em conseqüência, o fato de que a instituição escolar não é mais apenas *reprodutora* das desigualdades de classes, mas *produtora* dessas desigualdades); a transformação tendencial do salário direto (individual, proporcional ao “trabalho” e à “qualificação”) em salário indireto (coletivo, ou coletivamente determinado, proporcional as “necessidades” e ao “estatuto” *sociais* [N.T.]), enfim, a parcelização e a mecanização das tarefas “improdutivas” (serviços, comércio, pesquisa científica, formação permanente, comunicações, etc.) que permitem transformar, por sua

vez, em processo de valorização os valores investidos pelo Estado ou pelo capital privado, no quadro de uma economia generalizada. Transformações que, em conjunto, assinam a morte do liberalismo, já que estatização e mercantilização se tornaram rigorosamente indissociáveis.

Essa descrição que se pode tentar aperfeiçoar, comporta, entretanto, uma ausência evidente: um “esquecimento”, em nada acessório, que falsearia toda análise e *a fortiori* toda tentativa de extrair as suas conseqüências políticas, se permanecêssemos nesse nível. Implicitamente me situei (como Marx o faz quando ele fala de “formação social”) dentro de um quadro nacional, admiti(ndo) que o campo das lutas de classes e da constituição das classes era um espaço nacional. Mais que isso, neutralizei o fato de que as relações sociais capitalistas se desenvolvem simultaneamente em um quadro nacional (aquele do Estado - nação) e em um quadro mundial.

Como corrigir essa lacuna? Seria insuficiente falar de relações de produção ou de comunicação “internacionais”. É preciso um conceito que exprima melhor o caráter *originariamente transnacional* dos processos econômico - políticos, dos quais dependem as configurações da luta de classes. Retomaria, a tal propósito, o conceito, de Braudel e Wallerstein, de uma “economia - mundo” capitalista -sem prejuízo, entretanto, de uma determinação unilateral das formações nacionais pela estrutura da economia- mundo, ou o inverso. Para me limitar ao essencial, agregaria simplesmente a partir daí duas correções ao balanço precedente: elas permitirão designar as contradições constitutivas do antagonismo de classe que o marxismo clássico praticamente negligenciou (mesmo quando se colocou o problema do imperialismo).

Assim, desde que se veja no capitalismo uma “economia-mundo”, é preciso saber necessariamente se existe algo como uma *burguesia mundial*. Ou temos aí uma contradição: não somente no sentido de que a burguesia, em escala mundial, seria sempre dividida (*atravessada, N.T.*) por conflitos de interesses, mais ou menos coincidentes com as origens nacionais -após tudo, existem *também*, permanentemente, conflitos de interesses no seio da burguesia nacional-, mas em um sentido muito mais profundo.

Desde as origens do capitalismo moderno, o espaço da acumulação do valor sempre foi um espaço mundial. Braudel mostrou que a economia do lucro monetário pressupõe uma circulação de dinheiro e de mercadorias entre nações, ou ainda entre civilizações e modos de produção diferentes, não apenas em suas fases de “pré-história” e de “acumulação primitiva” (como o havia exposto Marx), mas ao longo de todo o curso de seu desenvolvimento. Progressivamente adensada, carregada por grupos sociais específicos, ela determina, por sua vez, a especialização dos centros de produção, correspondendo aos “produtos” e às “necessidades” cada vez mais diversificadas. Wallerstein começou a fazer a história detalhada do modo pelo qual essa circulação absorve progressivamente todos os setores e ramos da produção, seja no âmbito das relações *salariais* do centro, seja naquele das relações *capitalistas, mas não salariais*, da periferia. Tal processo implica uma dominação violenta de economias não mercantis pelas economias mercantis, das periferias pelo centro. E é neste quadro que os Estados-nações se tornaram individualidades estáveis, as mais antigas dentre as quais criando obstáculo à emergência de novos centros político-econômicos. Nesse sentido, pode-se dizer que o imperialismo é contemporâneo do próprio capitalismo, ainda que seja somente após a revolução industrial que *toda* a produção se organize para o mercado mundial.

Observa-se, então, uma inversão tendencial na função social dos capitalistas. No início eles constituíam um grupo “transnacional” (o que sempre foram, aliás, os capitalistas financeiros, ou os intermediários entre nações dominantes e dominadas). Pode-se sugerir que aqueles que se impunham em escala mundial eram também aqueles que conseguiram, a longo prazo, reunir em torno de si outros grupos “burgueses”, controlar o poder do Estado e que desenvolver o nacionalismo (ao menos que a ordem não se apresente invertida, e o Estado tenha favorecido o processo de constituição de uma burguesia capitalista para poder manter seu lugar na arena das lutas políticas mundiais). As funções sociais internas da burguesia e sua participação na concorrência externa, eram complementares entre si. Mas no ponto atual de chegada (sempre provisório) assiste-se ao agravamento de uma contradição presente desde o início. As grandes empresas se tornam multinacionais, os processos industriais fundamentais foram explodidos por todo o mundo, as migrações de mão de obra se intensificam: em outros termos, não é mais apenas o capital circulante que se mundializa, mas o próprio capital produtivo. Correlativamente, a circulação financeira e a reprodução monetária se efetuam imediatamente em escala mundial (e, logo será “em tempo real”, ou em “tempo antecipado”, pela informatização e a interconexão das Bolsas, e dos bancos).

Ora, não pode existir nem Estado mundial nem moeda internacional única. A internacionalização do capital não conduz à nenhuma “hegemonia” social e política unificada: no melhor dos casos, à tentativa tradicional de certas burguesias nacionais de assegurar-se uma superioridade mundial, subordinando capitalistas, Estados, políticas econômicas e redes de comunicação à suas próprias estratégias, integrando cada vez mais as funções econômicas e militares do Estado (o que foi chamado de “superpotências” e que tentei de descrever em

outras ocasiões, em resposta à E.P. Thompson, como desenvolvimento de um super-imperialismo) (Balibar, 1982). Tais estratégias permanecem estritamente nacionais, inclusive desde que elas passam por tentativas contraditórias para *recriarem* em maior ou menor escala, certas características do Estado-nação (exemplo praticamente único: a Europa). Elas não se confundem com a emergência, característica da época atual, mas apenas esboçada, de *formas políticas* que escapam em maior ou menor medida ao monopólio do Estado-nação.

Ao menos, em sua forma atual, as funções sociais (ou “hegemônicas”) da burguesia estão ligadas à instituições nacionais ou quase nacionais. Os equivalentes modernos das velhas estruturas do paternalismo (por exemplo, a atividade das organizações humanitárias internacionais públicas ou privadas) não preenchem senão uma pequena parte das tarefas de regulação dos conflitos sociais que o Estado-providência assumida outrora. O mesmo se aplica, também, à planificação dos fluxos monetários e demográficos que, à despeito da multiplicação das instituições “supra-nacionais”, não pode ser organizada e aplicada em escala mundial. Parece, portanto, que ao menos tendencialmente a internacionalização do capital não conduz à um nível superior de integração, mas ao contrário à *decomposição* relativa das burguesias. As classes capitalistas dos países subdesenvolvidos e dos países desenvolvidos e dos “novos países industriais” não podem se organizar em burguesias “sociais”, “hegemônicas” ao abrigo de um mercado interno ou de um Estado colonialista ou protecionista. As classes capitalistas dos “velhos países industriais” -inclusive do mais potente dentre eles- não podem regular os conflitos sociais em escala mundial. Quanto as burguesias de Estado dos países socialistas, elas são compelidas, pela integração progressiva de suas economias ao mercado mundial, e à dinâmica do superimperialismo, a se “modernizarem”,

isto é de se transformarem em classes capitalistas propriamente ditas: mas daí mesmo que, sua hegemonia (seja ela repressiva ou ideológica: ela é na prática uma combinação dos dois, conforme o grau de legitimidade que lhe conferiu o evento revolucionário), e sua unidade estão colocadas em perigo.

Aqui, deve-se introduzir ainda uma segunda correção. A internacionalização do capital coexiste, desde o início, com uma pluralidade irredutível de *estratégias de exploração* e de dominação. As formas de hegemonia delas dependiam diretamente. Para falar nos termos de Sartre, digamos que toda burguesia histórica é “feita” pelas estratégias de exploração que ela desenvolve, tanto quanto ela não as “faz”. Isto porquê, toda estratégia de exploração representa a articulação de uma política econômica, ligada à uma certa combinação produtiva de técnicas, de financiamentos, de compulsões ao sobretrabalho, e de um política social de gestão e controle institucional da população. Contudo, o desenvolvimento do capitalismo não apaga (*não esconde, N.T.*) a diversidade original dos modos de exploração: ao contrário, ele a aprofunda ao agregar-lhe permanentemente, de alguma forma, novas superestruturas tecnológicas e empresas de um “tipo novo”. Como já o sugeri em outras ocasiões, após outros (R. Linhart), o que caracteriza o processo de produção capitalista não é a exploração simples, mas a tendência permanente de superexploração, sem a qual não existe meio de contrarrestar a baixa tendencial da taxa de lucros (ou os “rendimentos decrescentes” de uma dada combinação [*um... (o) arranjo, N.T.*] produtiva, isto é, os custos crescentes da exploração). Mas a superexploração não é, sempre, igualmente compatível com a organização racional da exploração em si mesma: por exemplo, se ela implica na manutenção de uma massa de trabalhadores à um nível elevado de vida e, à um nível de qualificação muito baixo, ou na ausência de legislação social e de direitos demo-

cráticos que, em outros cantos, se tornaram condições orgânicas da reprodução e do uso da força de trabalho (quando não é -como no caso do *apartheid*- a (de)negação pura e simples da cidadania.

É por isso que à distinção (variável) entre o centro e a periferia da economia-mundo, corresponde também uma distribuição geográfica e político-cultural das estratégias de exploração. Contrariamente às ilusões do desenvolvimento, segundo as quais as desigualdades representariam um atraso a ser absorvido pouco à pouco, a valorização do capital na economia-mundo implica em que, praticamente, *todas as formas históricas de exploração sejam simultaneamente utilizadas*: das mais “arcaicas” (o trabalho não pago das crianças nas manufaturas de tapetes marroquinas ou turcas) até as mais “modernas” (a recomposição de tarefas nas indústrias de ponta informatizadas); das mais violentas (a jagunçagem agrícola nos domínios açucareiros do Brasil) até as mais civilizadas (o contrato coletivo de trabalho, a participação no capital (*da empresa*, *N.T.*), o sindicalismo de estado, etc.). Essas formas, amplamente, *incompatíveis entre si* (culturalmente, politicamente, tecnicamente) devem permanecer separadas. Ou, antes disso, *elas o deveriam* (grifo nosso, *N.T.*), para evitar a formação de “sociedades duais”, nas quais os blocos sociais *não contemporâneos* (entre si) se afrontem de maneira explosiva. Deslocando um pouco o sentido atribuído por Wallerstein ao termo, poderia-se sugerir que seu conceito de “semi-periferia”, corresponde precisamente ao encontro (*a convergência*, *N.T.*) conjuntural, dentro de um mesmo espaço estatal, de formas não contemporâneas de exploração. Uma tal conjuntura pode durar longamente (*até mesmo* [*N.T.*] séculos): mas ela é sempre instável (o porquê, talvez, da “semi-periferia” ser o lugar de eleição [*privilegiado*, *N.T.*] do que chamamos tradicionalmente a política).

Mas uma tal situação não está, em si mesma, em curso de se generalizar -inclusive nos “velhos” Estados-nações, transformados em Estados nacionais-sociais- sob o efeito das migrações de força de trabalho, das transferências de capital, e das políticas de exportação do desemprego? Ora, as sociedades duais têm também proletariados “duais”: o mesmo que dizer que elas não têm proletariado no sentido clássico. Que concordemos ou não com as análises daqueles que, tal como Claude Meillassoux -para quem, o *apartheid* representa o paradigma da situação de conjunto-, devemos convir que a multiplicidade das estratégias e dos modos de exploração recorta, pelo menos tendencialmente, uma grande divisão mundial entre *dois modos de reprodução* da força de trabalho. Um está integrado ao modo de produção capitalista, passa pelo consumo de massa, pela escolarização generalizada, pelas diversas formas de salário indireto, pelo seguro-desemprego mesmo incompleto e precário (de fato todas essas características dependem das relações de forças, institucionais, mas não imutáveis). A outra, deixa toda uma parcela da reprodução (em particular a “reprodução geracional”) a cargo dos modos de produção pré-capitalistas (ou melhor: modos de produção não *salariais*, dominados e desestruturados pelo capitalismo); *ele (tal modo de reprodução, N.T.)* comunica imediatamente com os fenômenos de “superpopulação absoluta”, de exploração *destrutiva* da força de trabalho, e de discriminação racial.

Em uma grande medida, esses dois modos estão presentes, hoje, *dentro das mesmas formações nacionais*. A linha de demarcação não está fixada, de uma vez por todas. Por um lado, a “nova pobreza” aumenta, por outro, a reivindicação por “igualdade de direitos” vem ao mundo (*se atualiza, N.T.*). Resta que, tendencialmente, um desses dois proletariados é reproduzido por meio da exploração do outro (o que não impede dele próprio ser dominado). Longe de conduzir à

uma recomposição da classe operária, a fase de crise econômica (conviria, ainda, se perguntar *para quem*, exatamente, há crise, e em que sentido) acaba por separar ainda mais, radicalmente, as barreiras geográficas, mas também étnicas, geracionais e sexuais. Assim, ainda que a economia-mundo seja o verdadeiro campo de forças da luta de classes, não existe (salvo, “em idéia”) *proletariado mundial*, e menos ainda burguesia mundial.

Tentemos recolher o fio (*do raciocínio*, N.T.) e concluir provisoriamente. O quadro que acabo de esboçar é mais complexo do que aquele sustentado, contra ventos e marés, pelos marxistas durante um longo período. Na medida em que o programa de simplificação era inerente à concepção marxista da história (e à sua teleologia), pode-se admitir que um tal balanço não é marxista, ou até que ele abole o marxismo. Entretanto, vimos igualmente que esse programa não representava senão um aspecto das coisas, ainda que fosse onipresente em Marx (e ao qual jamais renunciou). Àqueles que ainda têm na memória os debates acirrados dos anos sessenta e setenta entre marxismo “historicista” e marxismo “estruturalista”, gostaria de sugerir que a alternativa determinante não é a que opõe estrutura e história, mas aquela que opõe a teleologia, seja esta subjetivista ou objetivista, à história estrutural. Por isso, afim de conquistar uma posição mais efetiva sobre a história, tentei trabalhar com alguns dos conceitos estruturais do marxismo original, e extrair daí suas consequências.

Nesse balanço, o marxismo foi retificado em um ponto essencial. Não existe *separação fixa*, nem mesmo tendencial, das classes sociais: é preciso extirpar o pensamento sobre os antagonismos da metáfora militar e religiosa dos “dois campos” (portanto, também, da alternativa: “guerra civil” ou “consenso”). A luta de classes, excepci-

onalmente, toma a forma de uma guerra civil, seja ao nível das representações ou ainda fisicamente, notadamente quando ela é sobre-determinada pelo conflito religioso ou étnico, ou quando ela se combina com a guerra entre Estados. Mas ela toma várias outras formas, onde a multiplicidade delas não pode ser circunscrita *a priori*, e a qual não é, tão pouco, *supérflua* -pela simples razão de que não existe, se bem me acompanharam, “essência” única da luta de classes (razão pela qual, entre outras, acho insatisfatória a distinção gramsciana da guerra de movimento e da guerra de posição, sempre aprisionadas nesta mesma metáfora). Admitamos, de uma vez por todas, que as classes não são superindividualidades sociais, nem à título de objetos nem à título de sujeitos. Ou, em outros termos, que elas não são castas. Estruturalmente, historicamente, as classes se recobrem, elas se mesclam ao menos parcialmente. Do mesmo modo, que há necessariamente proletários aburguesados, existem burgueses proletarizados. Essa cobertura não vai, jamais, sem divisões materiais. Em outros termos, as “identidades de classe”, relativamente homogêneas, não são o efeito de uma predestinação, mas um efeito de conjuntura.

Remeter a individualização das classes à conjuntura, portanto, à contingência da política não tem, entretanto, nada à ver com uma supressão do *antagonismo*. Ao nos afastarmos da metáfora dos “dois campos” (estritamente ligada, evidentemente, à idéia de que o Estado e a sociedade civil formariam esferas separadas -dito, de outra forma, no rastro do liberalismo no pensamento de Marx-, à despeito do curto-circuito revolucionário que ele realiza entre a economia e a política), não nos aproximamos tão pouco da metáfora de um continuum social, de uma simples “estratificação”, ou de uma “mobilidade generalizada”. A explosão da proletarização entre processos parcialmente independentes, parcialmente contraditórios, não

abole a proletarização. Nunca, como hoje, os cidadãos das sociedades modernas encontraram-se em tamanha desigualdade frente às formas de usura do trabalho; frente à autonomia e à dependência, à segurança da vida e à dignidade da morte; e, frente ao consumo e à formação (portanto, frente à informação). Mais do que nunca, essas diferentes dimensões “sociais” da cidadania estão acopladas com a desigualdade coletiva no campo do poder e da decisão; trate-se da administração, do aparelho econômico, das relações internacionais de paz e de guerra. Todas essas desigualdades estão ligadas, de forma mediatizada, à expansão da forma valor, ao processo “infinito” da acumulação. Como elas estão ligadas à reprodução da alienação política, as próprias formas da luta de classes podem ser revertidas em impotência da massa, no quadro de uma regulação pelo Estado da conflitualidade social.

O que poderíamos chamar de *double bind*, na qual a produção de mercadorias por mercadorias (incluindo as mercadorias “imateriais”) e a socialização estatal encerram (*em seu interior, N.T.*) as práticas individuais e coletivas: a resistência à exploração permite estendê-la a reivindicação de segurança e de autonomia alimenta a dominação e a insegurança coletiva (ao menos em período de “crise”). À condição, entretanto, de não esquecer que este ciclo não se efetua de imediato: ele se desloca sem cessar, ao contrário, sob o efeito dos movimentos imprevistos, irredutíveis à lógica da economia generalizada, subversivos da ordem nacional ou internacional, que ele próprio produz. Não se trata, portanto, de um determinismo. Ele (*este ciclo, N.T.*) não exclui nem os afrontamentos de massas, nem as revoluções, quaisquer que sejam suas formas políticas.

Em suma, a “desaparição das classes”, sua perda de identidade ou de substância, é ao mesmo tempo uma realidade e uma ilusão. É uma

realidade, já que a universalização efetiva do antagonismo acaba por dissolver o mito de uma classe universal, destruindo as formas institucionais locais sob as quais, durante aproximadamente um século, o movimento operário, de um lado, o Estado burguês, de outro, haviam unificado relativamente burgueses e proletários nacionais. Uma ilusão, todavia, porque a identidade “substancial” das classes não foi, jamais, senão um efeito invertido de suas práticas de atores sociais, e que, desse ponto de vista, não há nada de novo: ao perder essas “classes” aí, não perdemos de fato *nada*. A “crise” atual é uma crise das formas de representação e de determinadas práticas da luta de classes: como tal, ela pode ter efeitos históricos consideráveis. Mas ela, não é uma desapareição do antagonismo, em si mesmo, ou se se prefere, o fim de uma série de formas antagônicas da luta de classes.

O benefício teórico desta crise, é que nos permitirá, talvez, dissociar, enfim, a questão da transição para uma sociedade sem exploração, ou da *ruptura* com o capitalismo, daquela dos *limites* do modo de produção capitalista. Se tais “limites” existem -o que é duvidoso, já que, como se viu, a dialética das formas de integração social dos trabalhadores e de sua proletarização, das inovações tecnológicas e da intensificação do sobretrabalho, é incessante-, eles não têm nada a ver diretamente com a ruptura revolucionária, a qual só pode surgir da oportunidade política oferecida pela desestabilização da própria relação de classes: isto é, do complexo econômico-estatal. Novamente a questão a ser colocada deve indagar *para quem e do que* há “crise”. As revoluções do passado sempre dependeram estreitamente, *ao mesmo tempo*, das desigualdades sociais, da reivindicação dos direitos cívicos, e das vicissitudes históricas do Estado-nação. Elas foram *provocadas* (N.T.) pela contradição entre a pretensão do Estado moderno em constituir uma “comunidade”, e a realidade das diferentes formas de exclusão. Um dos aspectos mais profundos, mais sub-

versivos, da crítica marxiana da economia e da política, nós o vimos, consiste justamente no fato de que ela não funda as sociedades humanas sobre o interesse geral, mas sobre a regulação dos antagonismos. É bem verdade, como já o havia lembrado, que a antropologia de Marx fez do *trabalho* a “essência” do homem e das relações sociais, a prática fundamental que determina *sozinha* o antagonismo. Sem essa redução, a ideologia liberal que identifica a liberdade com a propriedade privada não teria podido ser radicalmente questionada. Podemos hoje nos livrar dela, sem entretanto imaginarmos que o trabalho e a divisão do trabalho desapareçam, enquanto, ao invés, eles se expandem e se diversificam sem cessar, para pisotear sobre novas atividades (inclusive aquelas que, tradicionalmente, não decorrem da “produção” mas do “consumo”)? O que é certo, é que a divisão do trabalho recorta, sem se confundir com elas, outras divisões cujos efeitos não podem ser isolados, senão abstratamente. Os conflitos “étnicos” (mais exatamente, os efeitos do racismo) são também universais. Como o são, em algumas civilizações ao menos, os antagonismos fundados sobre a divisão sexual do trabalho (ela própria implicada em toda instituição de um grupo social -inclusive a classe operária, se seguimos as análises de F.Duroux). A luta de classes pode e deve ser pensada como *uma* estrutura determinante recobrindo *todas* as práticas sociais, sem ser, exclusivamente, a *única*. Melhor: é precisamente *enquanto* cobertura de todas as outras práticas que ela interfere necessariamente com a universalidade de outras estruturas. Universalidade não é sinônimo de unicidade, tanto quanto sobredeterminação não é sinônimo de indeterminação.

Nos vemos aqui, talvez, derivando cada vez mais distante do que se chama marxismo. Contudo, assim formulando a tese da universalidade do antagonismo, fazemos também sobressair aquilo que, da problemática marxista, é (*hoje, N.T.*) mais incontornável do que

nunca. Nada o demonstra melhor, me parece, do que o modo pelo qual ressurgiu hoje a articulação do problema das classes e do nacionalismo. Em suas formas liberal-democráticas como em suas formas populistas-autoritárias, o nacionalismo se confessou completamente compatível tanto com o individualismo econômico quanto com a planificação de Estado, ou antes, com diversas combinações dos dois. Ele foi a chave da unificação dos modos de vida e das ideologias particulares dentro de uma única ideologia dominante, capaz de durar e de se impor aos grupos “dominados”, de neutralizar politicamente os efeitos de ruptura das “leis” econômicas. Sem ele a burguesia não teria podido se constituir nem na economia nem no Estado. Poderia-se dizer, então, na terminologia da análise sistêmica que o Estado nacional e nacionalista se tornou o principal “reductor de complexidade” da história moderna. Donde a tendência do nacionalismo em se constituir em concepção de mundo “total” (e sua presença, mesmo negada, onde quer que tais concepções de mundo foram oficializadas). Mas sugeri, acima, que seria pouco provável que os nacionalismos supranacionais esboçados, aqui e acolá (relacionado à “Europa”, ao “Ocidente”, à “comunidade socialista”, ao “terceiro mundo”, etc.) possam chegar a mesma totalização. Inversamente, força é de constatar que a ideologia das classes e da luta de classes, que havia se desenvolvido num confronto permanente com o nacionalismo, acabou por se basear nele por um efeito de mimetismo histórico. Ela se tornou, por sua vez, um “reductor de complexidade”, substituindo simplesmente o critério de classes (ver o critério de origem de classes) pelo critério de Estado (com seus pressupostos étnicos) na síntese das múltiplas práticas sociais (aguardando para lhes fundir sob a perspectiva de um “Estado de classes”). Tal é a incerteza da situação atual: para que a crise do nacionalismo não desemboque sobre o excesso de nacionalismo e sua reprodução ampliada, é preci-

so que a instância da luta de classes surja no campo da representação do social, mas como seu *outro* irreduzível: portanto, é necessário que a ideologia das classes ou de sua luta, sob qualquer nome que se apresente, reconstitua sua autonomia, por sua separação do mimetismo. “Onde vai o marxismo?”: à lugar algum, a menos que ele enfrente esse paradoxo em todas as suas implicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Michel AGLIETTA, *Régulation et crises du capitalisme, L'expérience des Etats-Unis*, Calmann-Lévy, 1976.

Louis ALTHUSSER, *Réponse à John Lewis*, Maspero, 1973.

_____ *Positions*, Editions Sociales, 1976.

Etienne BALIBAR, *Cinq études du matérialisme historique*, Maspero, 1974.

_____ *Marx et sa critique de la politique* (en coll. avec A. TOSEL et C.LUPORINI), Maspero, 1979.

_____ Articles "Classes" et "Lutte des classes", *Dictionnaire critique du marxisme* (dir. G. LABICA), PUF, 1982.

_____ "Sur le concept de la division du travail manuel et intellectuel", in J. BELKHIR et alli., *L'Intellectuel, l'intelligentsia et les manuels*, Anthropos, 1983.

_____ "L'idée d'une politique de classe chez Marx", in *Marx en perspective* (édité par B. CHAVANCE), Editions de l'EHESS, Paris, 1985.

_____ "Après l'autre Mai", in *La Gauche, le pouvoir, le socialisme*, Hommage à NICOS POULANTZAS, PUF, Paris, 1983.

_____ "Longue marche pour la paix", in E.P. THOMPSON et al., *L'Exterminisme. Armement nucléaire et pacifisme*, PUF, 1982.

Christian BAUDELLOT, Roger ESTABLET, *L'École capitaliste en France*, Maspero, 1971.

Christian BAUDELLOT, Roger ESTABLET, Jacques TOISER, *Qui travaille pour qui?*, Maspero, 1979.

Daniel BERTAUX, *Dessins personnels et structure de classe*, PUF, 1977.

Jacques BIDET, *Que faire du Capital? Matériaux pour une refondation*, Méridiens-Klincksick, 1985.

Pierre BOURDIEU, *La Reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement*, Éd. de Minuit, 1970.

Fernand BRAUDEL, *Civilisation matérielle. Economie et capitalismo, XV^e - XVIII^e siècles*, 3 vol., Armand Colin, 1979.

Suzanne DE BRUNHOFF, *Etat et capital*, PUG-Maspero, 1976.

_____. *L'Heure du marché*, PUF, 1986.

Biagio De GIOVANNI, *La teoria política delle classi nel "Capitale"*, De Donato, Bari, 1976.

Marcel DRACH, *La Crise dans les pays de l'est*, La Découverte, 1984.

Françoise DUROUX, *La Famille des ouvriers: mythe ou politique?*, thèse de 3^e cycle, Université Paris-VII, 1982.

Friedrich ENGELS (En coll. avec Karl KAUTSKY), "Notwendige und überflüssige Gesellschaftsklassen" (1881), M.E.W. Band 19, p. 287 sv.

Roger ESTABLET, *L'École est-elle rentable?*, PUF, 1987.

François EWALD, *L'État-providence*, Grasset, 1986.

Da luta de classes à luta sem classes?

John FOSTER, *Class Struggle and the Industrial Revolution*, Methuen, London, 1977.

Michel FOUCAULT, *Surveiller et punir. Naissance de La prison*, Gallimard, 1975.

Michel FREYSSINET, *La Division capitaliste du travail*, Paris, Savelli, 1977.

Jean-Paul DE GAUDEMAR, *La Mobilisation générale*, Editions du Champ urbain, Paris, 1979.

Paul GILROY, *There Ain't No Black in the Union Jack*, Hutchinson, Londres, 1987.

Eric HOBBSAWM, *Industry and the Empire* (The Pélican Economic History of Britain, vol. 3), Penguin Books, 1968.

Ernesto LACLAU et Chantal MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy, Towards a Radical Democratic Politics*, Verso, Londres, 1985.

Henri LFFEBVRE, *De l'Etat, vol. 3, Le Mode de production étatique*, UGE, 10/18, 1977.

Jacques LE GOFF, *Du silence à La parole. Droit du travail, société, Etat (1830-1985)*, Calligrammes, Quimper, 1985.

Robert LINHART, *Le Sucre et La faim*, Editions de Minuit, 1980.

Jean-François LYOTARD, *Le Différend*, Editions de Minuit, 1983.

Karl MARX, *Le Capital. Livre I*, nouvelle traduction française de la 4e édition allemande de J.P. Lefèbre, Editions sociales, 1983.

Claude MEILLASSOUX, *Femmes, greniers et capitaux*, Maspero, 1975.

- Stanley MOORE, *The Tactics, The Background in Marx*, Monthly Review Press, New York, 1963.
- Jean-Louis MOYNOT, *Au milieu du gué, CGT, syndicalisme et démocratie de masse*, PUF, 1982.
- Antonio NEGRI, *La Classe ouvrière contre l'État*, Galilée, 1978.
- Gérard NOIRIEL, *Longwy, Immigrés et prolétaires*, PUF, 1984.
- _____ *Les ouvriers dans La société française*, Seuil, 1986.
- Karl POLANYI, *La Grande Transformation* (1944), trad. fr. Gallimard, 1983.
- Nicos POULANTZAS, *Les Classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, Seuil, 1974.
- Adam PRZEWORSKI, Proletariat into a class : The Process of Class Formation from Karl Kautsky's *The Class Struggle to Recent Controverses*, *Politics and Society*, vol. 7, n. 4, 1977.
- Peter SCHOTTLER, *Naissance des Bourses du travail. Un appareil idéologique d'État à la fin du XIXe siècle*, PUF, 1985.
- Gareth STEDMAN JONH, *Languages of Class*, Cambridge University Press, 1983.
- Göran THERBORN, L'analisi di classe nel mondo attuale : il marxismo come scienza sociale, *Storia del Marxismo, IV*, Einaudi, 1982.
- Edward P. THOMPSON, "Eighteenth-Century English Society Class Struggle without Classes?", *Social History*, vol. 3, n 2, may 1978.

Da luta de classes à luta sem classes?

_____ *The Making of the English Working Class*,
Pelican Books, 1968 (trad. fr. Gallimard, 1988).

Alain TOURAINE, Michel WIEVIORKA, *Le Mouvement ouvrier*,
Fayard, 1984.

Travail (revue de l'AEROT, dir. par **Robert LINHART**), 13
numéros parus (64, rue de la Folie-Méricourt, 75011 Paris).

Bruno TRENTIN, *Da sfruttati a produttori. Lotta operaia e sviluppo
capitalistico dal miracolo economico alla crisi*, De Donato, Bari,
1977.

Michel VERRET, *L'espace ouvrier (L'Ouvrier français, I)*, Armand
Colin, 1979.

Jean-Marie VINCENT, *Critique du travail. Le faire et l'agir*, PUF,
1987.

Immanuel WALLERSTEIN, *The Modern World-System*, 2 vol.,
Academic Press, 1974 et 1980 (tr. fr. Flammarion).

_____ *The Capitalist World-Economy: Essays*, University Press
and Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1979.

_____ *Le Capitalisme historique*, La Découverte, 1985.



NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 239.8342

Telex: (019) 1150 - Telefax (019) 239.3327

Correio Eletrônico: pubifch@turing.unicamp.ansp.br